



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROJETOS DE LEI: 484/2011, 295/2013 E 318/2013

DATA: 21 DE JUNHO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Bom dia a todos. Com a presença dos Srs. Vereadores: Laércio Benko, como Presidente dessa audiência pública, Alessandro Guedes, do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo José Américo, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2013, tendo como objeto expor, debater e encontrar soluções administrativas e jurídicas a respeito da regularização fundiária e habitação popular na cidade de São Paulo, conforme tratam os PLs: 484/11; 295/13 e 318/13, todos de autoria do nosso Presidente José Américo.

Foram convidados: Ministério das Cidades, Secretaria de Habitação, Secretário de Relações Governamentais, Diretor-Presidente da Cohab, Secretário do Governo Municipal; Secretários de Subprefeituras, Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Defensoria Pública, Presidente da OAB-São Paulo, representantes da Caixa Econômica Federal, Comissão de Justiça e Paz.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditorios On Line.

A Mesa já está composta com os representantes da Caixa Econômica Federal, além do nosso Presidente da Câmara Municipal José Américo proponente dos projetos de lei, também o Vereador Alessandro Guedes.

Peço a gentileza de, se estiverem presentes alguma dessas autoridades convidadas, que procurem a assessoria para serem anunciadas e fazerem parte da Mesa.

Para agilizar, passarei a condução dos trabalhos ao nosso Presidente José Américo. Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado Vereador Laércio Benko. Gostaria de saudar sua presença, bem como do Vereador Alessandro Guedes, agradeço à Comissão de Constituição de Comissão e Justiça, pois V.Exas. são membros da mesma.

Nesse momento, os trabalhos são relativos à audiência pública sobre nossos projetos. Agradeço à Comissão de Constituição e Justiça.

Saúdo os representantes da Caixa Econômica Federal.

Agradeço ao Sr. Secretário de Habitação do Município que avisou não poder vir hoje, que mandaria um representante, mas talvez não tenha tido condições de mandar. Talvez ele não tenha entendido o mérito da reunião. Acho que imaginava que ele tinha de dar um informe sobre o projeto da Secretaria. Não era. Era sobre nosso projeto, para que ele pudesse dar a opinião dele. Mas, não veio, não tem problema. Seguimos assim mesmo. A Câmara Municipal vive disso.

Antes de passar a palavra ao Luis Oki para que ele possa explicar melhor esse projeto, gostaria, em primeiro lugar, de saudar e agradecer a presença de todos vocês.

Estamos num momento importante na nossa cidade, é um momento político delicado. Esse momento político delicado é importante para que possamos afirmar nossas reivindicações. Se não, de repente, é como se tudo se resumisse a um problema ou outro. De repente, é como tudo fosse resumido a algumas palavras de ordem que, eventualmente, são lançadas pelos movimentos.

É importante dizer que a pauta é muito maior. A nossa pauta é muito maior. E a questão da habitação é, digamos assim, talvez um dos pontos mais importantes da pauta nacional.

Acho que tem sido feito, no plano nacional, um esforço muito grande. Primeiro, pelo Governo do Presidente Lula com o projeto Minha Casa Minha Vida que, de um lado, é um projeto habitacional, talvez, mais amplo da história do Brasil e dos países da América Latina. Talvez o mais amplo e o maior. Já tem mais de um milhão de casas construídas ou contratadas, no Brasil. Já estamos indo para quase dois milhões. E, de outro lado, uma parte do Minha Casa Minha Vida diz respeito à legislação, que é onde nós vamos tocar.

Quer dizer, o Luis Oki pode explicar melhor, mas a legislação que acompanhou o

programa Minha Casa Minha Vida viabiliza a regularização de moradias já existentes, inclusive, em área de preservação ambiental.

Quer dizer, nós sempre tivemos um problema com o cipoal de leis que tem no Brasil, dificulta e dificultou muito a política de urbanização de favelas, por exemplo.

A lei criadora do Minha Casa Minha Vida facilita a urbanização de favelas e a regularização de moradias em áreas particulares e públicas. Inclusive, torna possível a transferência, de maneira muito mais clara, da área pública para a moradia.

Acontece que essa lei está no Plano Nacional. Ela não foi regulamentada no Plano Municipal, que é exatamente o objeto do nosso projeto de lei.

Registro a presença da Defensora Pública Anai, que é uma batalhadora da causa da habitação, está sempre nos movimentos.

Temos de prestar atenção numa instituição – aproveitando a presença da Anai – que tem trazido contribuições muito boas, muito importante para o povo de São Paulo, que é a Defensoria Pública. Graças à Defensoria Pública, os ambulantes puderam voltar a trabalhar em São Paulo. Quando até o Ministério Público se omitiu, a Defensoria Pública, através do Dr. Bruno, agiu e conseguiu fazer com que a lei fosse cumprida.

A Defensoria Pública não faz a lei, ela faz a lei ser cumprida e defende aqueles que não têm voz. E a Anai é alguém que tem atuado muito na área da habitação e em algumas outras áreas também, mas, na habitação, ajudando o povo.

Então mais uma vez: saúdo a presença da Defensoria Pública e insisto em dizer, que para nós é muito importante. Se nós estamos tratando de aperfeiçoar a legislação municipal a partir do que foi decidido nacionalmente, acho que é fundamental a presença de vocês aqui.

À medida que consigamos melhorar a legislação do ponto de vista municipal, estamos ajudando a Caixa – com representantes aqui, hoje – que tem sido o instrumento principal da política do Minha Casa Minha Vida. Sem a Caixa isso não teria sido possível, no

Brasil inteiro. E, claro, no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo também. A Caixa tem sido uma parceira tão importante que mesmo o movimento popular, não precisa ser na Câmara não, na periferia de São Paulo, quando se chama a Caixa, ela sempre manda representantes.

A Caixa age, hoje, como deve agir um banco público de fomento. Também quis chamar atenção para isso. (Palmas)

A Caixa é um grande instrumento para o Governo no Minha Casa Minha Vida para construir casas e financiar a construção de casas. Assim, se melhorarmos a lei, estaremos ajudando a Caixa, seja para regularizar terrenos, seja para regularizar os casos de urbanização de favelas, onde também pode entrar como agente financeiro de urbanização de favelas, também facilita, também pode facilitar.

E por último, facilitar também o trabalho do Prefeito Haddad que se comprometeu com um projeto habitacional muito grande, mas plenamente factível. Cinquenta e cinco mil moradias em quatro anos, em São Paulo, são plenamente factíveis. Não era antes porque não era prioridade. O Serra e o Kassab, durante oito anos, construíram 16 mil moradias. O Fernando Haddad vai fazer 55 mil e qualquer Prefeito que queira – não precisa ser do PT -, que esteja comprometido com isso pode fazer.

Querem ver: 10 mil na Água Espriada, basicamente resolvido. Falei com o Prefeito Fernando Haddad, olha, é uma questão de tempo, o Secretário também falou comigo e lá está resolvido. Nós basicamente já temos os terrenos, uma parte vai ser o CDHU, outra parte Minha Casa Minha Vida, pronto, está resolvido. A União tem terrenos para 12 mil moradias na cidade de São Paulo. Qualquer pessoa que está aqui sabe, a Caixa sabe, quando oferecemos o terreno de graça, qualquer projeto habitacional fica viável, porque o grande problema em São Paulo é o terreno, o custo da terra.

Então a União já comunicou a Prefeitura que tem lugar para 12.500 moradias. O Governo do Estado – Projeto Casa São Paulo – junto com o Governo Municipal, mais 20 mil. Pronto, já são quase 50 mil. Se tem vontade sai. Cinquenta mil ainda é muito pouco, mas é o

começo de uma política habitacional consistente que precisamos para São Paulo.

Volto para a questão da nossa lei e peço para o Luiz Roque, que estudou bastante isso, e a intervenção dele foi muito importante. Muita gente aqui se lembra, em 2011, 2012, houve uma tentativa de desfavelização de São Paulo - era assim que eles chamavam -, que era tirar o pessoal dizendo que moravam em área de risco e tinham de ir embora. O Luiz Roque foi um advogado importante na época para provar que as pessoas não podiam ser tratadas assim. Vinte e duas mil famílias foram jogadas no bolsa aluguel, com base num relatório do IPT que só metade das pessoas entendiam, a outra metade eles escondiam.

Então foi muito importante naquela luta contra a ideia de que o bolsa aluguel possa ser uma política habitacional. O bolsa aluguel é uma coisa assim: uma comunidade acerta um projeto habitacional com a Caixa, em 24 meses fica pronto. E as pessoas vão morar aonde? Bolsa aluguel. Aí é normal, as pessoas sabem para onde vão. Está acertado que as pessoas vão ter moradia e a bolsa aluguel entra como uma coisa provisória e não um lugar em que as pessoas serão jogadas, porque estão morando em habitações precárias e são colocadas de qualquer jeito como foi feito nos governos passados.

Vou passar a palavra para o Luiz Roque que vai explicar.

Antes, convido para compor a Mesa os Srs. Luiz Henrique Tibiriça, Assessor Técnico da Sehab e Antonio Rodrigo Martins.

Conversei ontem com o Secretário Floriano, quero até agradecer a presteza dele, mas está impossibilitado de vir hoje. Ele até nos pediu para adiar. Disse para ele não se preocupar porque iríamos fazer outra audiência pública em que o senhor vai poder vir. Hoje vamos discutir basicamente a questão legal. Não é necessário ainda apresentar o programa da Secretaria. Aquilo que vocês puderem apresentar ótimo, mas não precisa ser ainda uma coisa totalmente fechada.

E o Secretário se dispôs a, dentro de uns dois meses mais ou menos, ter um encontro conosco e podemos até marcar uma coisa mais ampla, não precisa ser do nosso

mandato, em que o Secretário Floriano traga aqui uma espécie de plano de ação, vamos chamar assim, da Secretaria. Não é uma coisa definitiva, mas aquilo que a Secretaria já vai ter fechado.

Então, por exemplo, Água Espraiada que já está praticamente tudo mastigado. O Secretário Floriano precisa aprovar isso com o Prefeito para apresentar para nós. Então dentro de uns dois meses, talvez, seja o momento de convidarmos o Secretário Floriano para vir fazer uma exposição aqui na Câmara. E vai ser muito interessante. Vamos chamar todos vocês de novo, porque acho que vai ser uma coisa muito boa. A Secretaria de Habitação está trabalhando muito e trabalhando bem, e uma das prioridades do Governo Fernando Haddad é habitação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. LUIZ ROQUE – Bom dia a todos e a todas, Presidente, Vereador José Américo; Vereador Laércio Benko; Vereador Alessandro; agradeço o Tibiriça e o Antonio da Sehab, finalmente a Sehab aqui representada; Alberto e Antonio da Caixa; Anaí da Defensoria Pública, sempre presente nas questões das áreas de risco, antes de explicar os projetos, Vereador, quero pedir sua licença para falar das regiões que estão aqui presentes, zona Sul, está o pessoal de M'Boi Mirim, Jardim Guarujá, Chácara Santa Maria, Campo Limpo, Valo Velho, Jardim Comercial, Jardim Bento, Chácara Nani; zona Leste, o pessoal do Jardim Iguatemi, Confederação de Favelas da Vila Flávia, Jardim da Conquista.

O SR. PRESIDENTE (José Américo – PT) – Registro a presença de uma celebridade da zona Leste, o Dionísio, a quem peço uma salva de palmas. (Palmas)

O SR. LUIZ ROQUE – Está aqui também o pessoal da Chácara Nani, zona Leste. Então retomando, Jardim Iguatemi, Confederação de favelas da Vila Flávia, Jardim da Conquista, Vila Bela, Jardim Maringá, Cangaíba, Piratininga; zona Sul, Água Espraiada e Grajaú; zona Leste, Itaim Paulista, Jardim Nélia, Jardim da Paz; zona Sul, Parelheiros, Jardim dos Álamos; zona Leste, Sapopemba; região Noroeste, Jardim da Paz, Perus, Jardim Paquetá;

zona Sudeste, Favela da Paz, São Pedro e São Pedrinho, Jardim Celeste, Movimento de Moradia da região Sudeste; zona Norte, Jardim Corisco, Corisco 2, Jardim Corisco situado na Rua Cotinda, Jardim Antártica, Vila Rosa, Vila São Cleto, Jardim Peri, Jardim Pedra Branca e desapropriação do Rodoanel, a grande batalha da nossa companheira Cristina Navarro. Se esqueci de alguém, peço mil perdões. Em nome desses movimentos cumprimento todos os movimentos de moradia aqui presentes.

Vamos falar então dos projetos de lei do Vereador José Américo. São quatro projetos de lei. Um já bastante conhecido que foi uma luta do Vereador com relação à remoção de famílias em áreas públicas de risco. Todos acompanharam a guerra do Vereador José Américo com a gestão do Kassab, pois eles queriam desfavelizar São Paulo. Atuamos, fomos à luta e conseguimos segurar essas famílias nessas regiões.

O PL é o 484/11, que disciplina a remoção das ocupações de cunho habitacionais realizadas em áreas públicas do Município de São Paulo, e dá outras providências. Esse projeto é baseado no relatório do IPT e no Programa Minha Casa Minha Vida; objetiva manter as pessoas no local; fazer a regularização no local e só remover os que estão em risco 4, ou seja, o risco mais alto, que tem de retirar. Mesmo assim, depois do projeto feito e a Prefeitura com o Programa Minha Casa Minha Vida, as pessoas voltariam ao local para não perder o laço de amizade que construíram ao longo da vida na região.

Outro projeto declara de utilidade pública o terreno localizado entre as Avenidas Bento Guelf, altura do nº 1808, Jardim Alto Alegre, em São Mateus. É uma área muito grande, com mais de 230 mil m² que está criando mato e esperando valorizar um pouco. O Vereador, então, tomou a decisão de protocolar este projeto de lei para desapropriar para a construção de moradia popular.

Outro projeto 295/13, em São Miguel Paulista. Trata de um loteamento irregular feito após o ano 2.000 e que o Vereador está propondo a desapropriação para utilidade pública e manter as famílias lá. Este é o conhecido Jardim Nélia.

O último projeto é o 445/13. A Lei Minha Casa Minha Vida, 11.977/09, dispõe que as famílias que ocupam áreas de APPs até 31/12/2007 podem ser regularizadas. A grande luta do Vereador – e aí nós emparedamos o Ministério Público, porque o Ministério Público falava que não podia regularizar áreas de APP, mas a Lei Federal permite. O Ministério Público falava que nas beiras dos córregos, em São Paulo, era de 30 metros. Nós provamos que 30 metros diz respeito ao Código Florestal e não tem nada a ver com área urbana, que é de 15 metros.

Veio a Lei do então Presidente Lula que prevê a regularização, só que não existia uma lei municipal para compatibilizar isso. Então, esse projeto veio para compatibilizar e traz para 31/12/2007 todos os loteamentos irregulares ou clandestinos que ocorreram na cidade de São Paulo passam, com a aprovação e sanção da lei, serem passíveis de regularização.

Todos os loteamentos na Cidade chegam à Sehab, no Resolo, que faz a regularização *ex officio* da Prefeitura, e perguntam se o loteamento é antes ou depois de 2000. Se for depois de 2000, eles dizem que não podem regularizar porque a lei não permite.

Esse projeto de lei traz para 2007 e dessa forma compatibilizamos a Lei Minha Casa Minha Vida com a lei municipal permitindo a regularização. Nesse sentido abrimos este debate para que facilite a política do Prefeito Fernando Haddad de regularização e construção de moradia popular.

Nosso objetivo hoje é fazer um grande debate sobre a regularização fundiária e construção de moradia popular. São esses os quatro projetos do Vereador que quem quiser uma cópia, podemos disponibilizar no gabinete.

Muito obrigado. (Palmas)

Quero registrar também a presença do pessoal do Recanto dos Humildes, Jardim da Conquista, Moradia Boa Vista e Vila Fanton. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) – Está presente também a Artemisa, Coordenadora de Habitação da Subprefeitura de Perus e moradora do Recanto dos Humildes, junto com a Nice. (Palmas)

Gostaria que você fizesse uma síntese do nosso projeto de lei que é o objeto desta audiência pública dizendo o que não tem hoje no Município e o que o projeto vai trazer.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu destacaria, Vereador, em primeiro lugar, ser necessária a aprovação do seu projeto de lei, PL 445/13, para que a gente avance na regularização fundiária. Se aprovarmos e o Prefeito Fernando Haddad sancionar, todos os loteamentos irregulares e clandestinos até 31/12/2007 são passíveis de regularização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) – Em que condições?

(NÃO IDENTIFICADO) – Esses loteamentos, obedecida a legislação ambiental do Município e tudo mais, e se estiverem em loteamento particular não parcelado o solo até 31/12/2007, podem ser regularizados. Podem ser regularizados pelo próprio detentor ou o chamado *ex officio* da Prefeitura. A Prefeitura pode ir lá e regularizar. Isso é importante porque tira a ideia de que não dá para regularizar. A Prefeitura pode por interesse social. Não pode ser um loteamento no Morumbi, irregular não dá para a Prefeitura. Tem de ser de interesse social, em áreas carentes, a Prefeitura regulariza.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) – Isso é no particular. E no público?

(NÃO IDENTIFICADO) – Público, apenas concessão real de uso. Isso está no Projeto 484/11, que é a disciplina da remoção. Ou seja, não vamos permitir que, em São Paulo, seja feito o que foi feito na gestão anterior de ameaçar e tirar as famílias de dentro de casa. Esse projeto vem para disciplinar isso. Precisa remover as famílias de área de risco? Sim, só que antes de remover a família – não é o Vereador que está falando, mas o relatório do IPT -, devem-se fazer obras e corrigir os riscos. Corrigido os riscos, as pessoas podem continuar morando lá. Agora, mesmo naqueles locais em que é feita obra de correção de risco, não eliminou o risco, aí sim remove a família, mas remove para um projeto habitacional mais próximo possível.

Aí, o seguinte, faz a chamada concessão real de uso. Essas famílias que ficam no

local regularizado receberão o título de concessão real de uso, que é um título passível, inclusive, de escritura de posse em Cartório por 99 anos.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Só fiz isso para que fique claro para todo mundo o que essa lei pode beneficiar. No caso em que estamos discutindo hoje é das áreas particulares, mas o que isso pode ajudar a gente em termos de regularização fundiária.

(NÃO IDENTIFICADO) – Ainda, Vereador, só apara sintetizar.

Os dois últimos projetos tratam de desapropriação de área particular para interesse social.

O PL 295/13 visa corrigir um erro feito por um loteador lá atrás. O loteador não parcelou o solo, vendeu o terreno, só que até hoje as famílias não conseguem regularizar.

Então, na verdade, esse PL desapropria e a Prefeitura regulariza.

Do Jardim Alto Alegre, em São Mateus, é diferente. É uma área que tem uma parte ocupada por 350 famílias e o restante é totalmente desocupado e está lá para exploração imobiliária,

Então, aí, em São Mateus, é desapropriação para fins sociais. Então, a ideia é vincular aquela área para moradia popular.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – O Vereador Alessandro esteve envolvido, recentemente, naquela luta daquela área do Jardim Iguatemi, conhecido como Pinheirinho. Foi uma pessoa que batalhou e conseguiu uma vitória muito importante.

Registro a presença do Padre Genésio, da Paróquia Deus Pai. (Aplausos)

Tem a palavra o nobre Vereador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Bom dia.

É uma grande felicidade poder fazer uma discussão, participar desta audiência pública tão importante para a pauta de Habitação na cidade de São Paulo.

Cumprimento o proponente dos projetos de leis, Presidente da Casa, Vereador

José Américo; o nosso Presidente da Mesa, Vereador Laércio Benko; a Sra. Anaí; representantes da Caixa, Sehab e Luiz Roque, Advogado.

Vereador, parabênizo V.Exa, pelos PLs.

Nós que temos uma atuação na periferia da cidade de São Paulo, nos deparamos todos os dias com problemas desse gênero.

Inclusive, em 2008 tive o prazer de fazer sua campanha, te apoiar e votar em V.Exa., levando-o na região em que moro e que também é uma ocupação.

V.Exa. mostra o compromisso que tem com o povo, com as pessoas que realmente precisam de unidade habitacional na cidade de São Paulo ao apresentar esses belos projetos de lei, o que nos deixa muito felizes.

Estou aqui, hoje, como membro da CCJ, mas V.Exa. tem todo meu apoio nesse sentido, porque sabemos que o Prefeito Haddad tem um grande compromisso nessa área habitacional.

Vemos o esforço e a força de vontade daquela Secretaria para que se construam unidades habitacionais. A meta do Governo é de 55 mil. Temos certeza que, se Deus quiser, vamos alcançar.

Também há a meta de regularização fundiária, que são 220 mil unidades regularizadas na Cidade. Essa é a meta do Governo Haddad também. Muitas pessoas que estão em loteamentos irregulares poderão ser contempladas.

Isso será muito relevante porque, nós que sofremos na pele, sabemos a diferença que faz e a nossa atuação é muito dentro disso.

Parabéns e conte com nosso apoio para que os projetos avancem na Casa.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra a Defensora Pública Anaí.

A SRA. ANAÍ ARANTES – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a todos os presentes.

Agradeço o convite e parabenizo a iniciativa, tanto da audiência pública, quanto da discussão desse debate dos projetos de lei.

Farei duas sugestões com relação aos projetos.

A primeira delas é com relação ao 484/13, no artigo 4º, ele fala de concessão de CDRU para as famílias. Aí, sugeriria que nos casos em que for possível a concessão especial de uso para fins de moradia, que fosse priorizar a concessão de uso especial para fins de moradia, que é um instrumento que dá uma garantia maior da posse naquela área.

Então, as pessoas que fizerem jus à concessão de uso especial para fins de moradia, que elas recebam a Cuem. Quando não for possível, aí, sim, a CDRU. Aí, talvez, seria possível dar essa aprimorada.

Em segundo lugar, com relação ao Projeto 445, mas sem dúvida, faço questão de registrar que, de fato, temos um problema na Defensoria. Acompanhamos muitas famílias que chegam desesperadas porque receberam uma cartinha para sair e não receberam o laudo, não viram o laudo.

Então, sem dúvida, um projeto de lei que venha no sentido de estabelecer um procedimento para isso, dar um tempo para essas pessoas saberem, dizer que a remoção é a última instância. Porque vemos muito é se utilizar de que existe um risco para remover famílias, sendo que o próprio laudo do IPT indica outras sugestões de solução desse problema.

Então, sem dúvida, o projeto é muito importante nesse sentido, de trazer uma segurança maior para as pessoas que se encontram nessa situação e um procedimento que traga o mínimo de garantia para essas famílias.

Com relação ao Projeto 445, na verdade, acho que ele é super... Estou de acordo de quanto mais pessoas for possível atender, tanto melhor.

Só queria aproveitar e não tem a ver com esse projeto, mas aproveitando que ele fala da Lei 15.720/13, fazer uma sugestão, talvez, de um outro projeto. Isso porque essa Lei 15.720, apesar de trazer uma série de avanços, ela tem dois artigos, os artigos 20 e 21 são

complicados, no entender da Defensoria Pública inconstitucionais, porque desrespeita e desconsidera, justamente, a concessão de uso especial para fins de moradia, porque diz que se a Prefeitura quiser fazer uma intervenção – sendo muito breve – numa área onde as pessoas tenham concessão de uso especial para fins de moradia, ela pode, unilateralmente, revogar essa concessão de uso.

Entendemos que isso significa passar por cima do instituto, pois existe uma lei que determina o que é de uso especial para fins de moradia – acho que todos conhecem esse instrumento, que é importante porque é o principal instrumento de regularização fundiária de área pública, que seria o instrumento que temos para trabalhar em área pública, onde não é passível a usucapião. Então, não se pode, unilateralmente, revogar esse instrumento. É um direito subjetivo, e quem o tem não pode receber uma revogação pela Prefeitura, que dá o atendimento que bem entender, muito menos, por meio de indenização por benfeitoria, porque sabemos que essa, às vezes, é de dois mil ou cinco mil reais, não considerando o tempo de posse nem o terreno. E entendemos que isso é inconstitucional. Então, pedimos a atenção desta Casa para, eventualmente, tentarmos reverter esses dois artigos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Muito bem lembrado, Anai.

Podemos trabalhar nessa direção. O Laércio e o Alessandro trabalham muito nessa área junto conosco. Podemos tentar corrigir isso, mesmo que seja dialogando com o Governo Federal.

O SR. LUIZ ROQUE – Antes de anunciar o próximo orador, queria registrar a presença do pessoal da zona Sul, de Vila Natal, bem como o Sr. Francisco, da Vila Divino Pai Eterno, da Vila Cisper, Ermelino Matarazzo.

Agora, vou passar a palavra para o pessoal da Caixa Econômica Federal, na ordem, o Antonio e o Roberto.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Tem, mais ou menos, umas 100 pessoas lá embaixo assistindo pelo telão à audiência pública.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde, quero cumprimentar o Presidente da Casa, Vereador José Américo, e agradecer esta oportunidade de a Caixa poder estar falando, debatendo com a população e com o Legislativo Municipal a questão da habitação.

A habitação é uma missão da Caixa, a qual, efetivamente, tem um contato grande com a Prefeitura. É uma parceira importante da Prefeitura de São Paulo para implementação do programa que o Prefeito Fernando Haddad propôs para a habitação. Já estamos trabalhando muito com ele a respeito disso.

Também somos parceiros de muitas entidades de moradias que estão aqui representadas, as quais atendemos diretamente, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida.

Estamos à disposição para contribuir com essa pauta importante para a Cidade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROQUE – O próximo orador é representante da SEHAB.

O SR. TIBIRIÇÁ – Sou o engenheiro Tibiriçá, representando o Secretário, o qual pede desculpas por não estar presente. Se colocou à disposição, como o Vereador José Américo já falou, para numa próxima audiência estar presente, respondendo tudo o que for necessário, apresentando o plano habitacional para o período dos próximos quatro anos; junto ao Prefeito Fernando Haddad, o empenho é total na perseguição às metas que foram colocadas: 55 mil unidades habitacionais e 200 mil regularizações na cidade de São Paulo.

A título de informação: a grande batalha para a produção habitacional é a busca de terrenos. A Secretaria já vistoriou e já está estudando mais de 200 terrenos. A dificuldade é grande: metade deles já foi descartada por serem inviáveis.

Nos últimos 45 dias, foram publicados 30 decretos de utilidade pública e desapropriação. O Secretário está muito empenhado junto com o Prefeito, buscando recursos do PAC para as áreas de mananciais num primeiro momento e, depois, para o plano municipal de habitação dentro do programa Renova São Paulo.

O empenho é total, e estamos juntos para concretizar essas metas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. LUIZ ROQUE – Antes de devolver os trabalhos para o Vereador José Américo, quero registrar a presença do Tiago Muniz, da Associação do Movimento de Moradia Recreio Primavera e Adjacências; o pessoal da comunidade de Jardim Esperança, da Cidade Ademar; representantes do Fórum Social Habitacional Noroeste, na pessoa do Lindoval; o Engenheiro Roque Fernandes, da Cidade Tiradentes. (Palmas)

Vereador, se me permite, na presença de V.Exa., na pessoa da Artemisa, Supervisora de Habitação de Perus, congratular com todos os Supervisores e pessoas da área de habitação das Subprefeituras. (Palmas)

Passo a palavra ao Vereador Laércio Benko.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Luiz Roque.

Peço a lista dos inscritos à Assessoria.

Chamo a Débora, da Subprefeitura do M'Boi Mirim.

A SRA. DÉBORA MOREIRA – Boa tarde a todos. Meu nome é Débora Moreira. Obrigada pelo convite da Subprefeitura do M'Boi para participar desta audiência pública.

Quero dizer que a questão habitacional é um dos maiores problemas não só do Município de São Paulo, mas de todo o Estado, porque todos que estamos em áreas de mananciais somos considerados como bandidos. Inclusive, trabalho com áreas de risco de mananciais do distrito de M'Boi Mirim e, desde 2004, viemos lutando e já tiramos várias pessoas da área de risco.

Só que pedíamos para tirar as pessoas da área de risco e, em seguida, descobríamos que eles tiravam outras pessoas que não estavam em área de risco e as que estavam, eles deixavam. Isso foi motivo de uma ação promovida por mim e por outros moradores com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Como Conselheira do Meio Ambiente, quero dizer o seguinte: continuamos sendo discriminados na questão dos serviços de obras, porque não estamos tendo acesso.

Acredito que a SEHAB tem que se abrir mais um pouco para nós, como representantes e Conselheiros, para acompanhar não só as famílias, porque não temos acesso aos projetos que vão ser implantados. Está muito difícil essa conversação com a Sehab. Temos vários riscos. As áreas que trabalho são R-4(?). Tenho o acompanhamento da Defesa Civil. É muito difícil tentarmos negociar, conversar com a Sehab e não termos retorno, não termos respostas. Temos de fazer isso intermediados pela Defensoria Pública do Estado. Acho que está havendo falta de respeito. A proposta do Vereador José Américo vem num momento bem-vindo. A situação da Habitação, no Estado, desde 1984, está estabilizada. Não conseguimos ter uma habitação à altura para os munícipes que ficaram fora da questão habitacional de 1980. Então, isso é muito complicada. Não estamos tendo acesso a essas informações. É preciso reverem o conceito de respeito na questão social para o cidadão, para que possamos acompanhar, em nossas comunidades, dentro dos nossos distritos, a questão habitacional. Pedimos para que haja acesso, mas não conseguimos. Isso é prevaricação(?) dos serviços públicos contra a sociedade civil.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Eu que agradeço. Anuncio a presença da Sra. Sônia Barbosa, da supervisão de Habitação da Subprefeitura de Pirituba.

Tem a palavra o Sr. Arlindo do Amaral, da Subprefeitura da Capela do Socorro.

O SR. ARLINDO DO AMARAL – Bom dia a todos. Sou supervisor da Habitação da Subprefeitura da Capela do Socorro. Venho aqui pontuar algumas questões importantes. Primeiramente, parablenzo o Sr. Presidente pela iniciativa. Isso dará uma dimensão maior do que nós esperávamos com a participação popular. Esse Governo propõe a participação popular. Pontuo o compromisso do Sr. Prefeito, em construir 55 mil unidades habitacionais nos seus primeiros quatro anos de mandato. Nós compartilhamos isso e acreditamos. Estamos falando para todos que precisamos de ajuda. Acreditem nesse projeto.

O que acho extremamente importante, quando o Sr. Prefeito propõe isso, é que

S.Exa. criou um grupo especial para análise de projetos de HIS, Habitação de Interesse Social, e Habitação de Mercado Popular. Então, S.Exa. não está só com a ideia; está realmente participando e criando meios de fazer com que isso ande. Toda a questão jurídica e ambiental será tomada conta etc., cuidando só de Habitação de Interesse Social e Mercado Popular. Isso é muito importante. Foi publicado, no dia 11 de junho de 2013, no site da Secretaria Municipal de Habitação, que estão fazendo 11 mil casas na Cidade. Nós, - eu, como supervisor de Habitação de uma das subprefeituras mais importantes da Cidade, com a maior área de risco - não sabemos onde serão essas unidades habitacionais. Então, há essa dificuldade na transparência, na informação para pessoas que ali estão, que ficam sem dormir e não conseguem trabalhar, além de outra série de variáveis.

Também vou falar uma coisa muito importante para a região onde moro. Compartilho com o M'Boi Mirim, Campo Limpo, Cidade Ademar, Parelheiros e Capela do Socorro, que são áreas de mananciais. Temos o programa de mananciais. Temos muitas dificuldades. Lá há um bilhão de reais investido, e o Sr. Ricardo Correa Sampaio, diretor de Mananciais, não dá informação para nós. Não conseguimos compartilhar isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. Francisco Erivaldo Pereira.

O SR. FRANCISCO ERIVALDO PEREIRA – Boa tarde a todos. Faço um agradecimento para a gestão atual, que já nos deu um respiro pela região onde moramos. Na gestão anterior, sofremos retaliações. Sofremos bastante, mas, com apoio da gestão atual, acreditamos que vamos resolver o problema da habitação. Faço parte da Moradia Boa Vista. Há outros bairros que também sofrem com a regularização de bairros particulares. Vejo, no projeto do Vereador, uma grande chance de isso acontecer. Vim mais aqui para agradecer a oportunidade de estar aqui falando.

Ressalto também que os moradores estão dispostos a colaborar com quaisquer

que sejam as obras públicas realizadas nesses terrenos. Os moradores dispõem-se a ajudar a fazer um bairro melhor e construir uma moradia digna para todos os moradores. Falo isso em nome dos moradores, crianças, idosos e da região de Perus.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. CRISTINA RODRIGUES – Bom dia, Sr. Presidente e todos os presentes.

Nobre Vereador, a sua lei é oportuna, só que, no País, estamos cansados de leis, e depois elas não têm aplicabilidade. Queremos saber o que a Sehab vai fazer de concreto para os loteamentos que já existem e o que vai fazer para barrar os maus loteadores, que continuam explorando o povo pobre, enriquecendo-se, e a Prefeitura fazendo ex-ofício, com dinheiro dos nossos tributos. O Ministério Público deveria estar aqui, porque é superimportante. (Palmas)

Há muitas coisas para pensarmos e organizarmos. O Judiciário deveria estar aqui. Por quê? Porque todo impasse vai parar na porta do Judiciário. Há uma dificuldade de o juiz julgar essas causas. Sabemos que o latifúndio, no Brasil, é muito grande. As questões fundiárias são pouco discutidas nas faculdades de Direito. Eu sou advogada da Subprefeitura de São Mateus. Atuo na unidade judiciária que hoje é uma Vara de Famílias. Todo santo dia, atendo a dez a quinze pessoas, ligadas a questões fundiárias. São questões de loteamentos clandestinos e de cessão de áreas públicas, onde pessoas fazem negociata durante todo o tempo. Fica muito difícil acreditarmos que há tantas pessoas carentes na área de habitação. Muitas dessas pessoas - não digo todas, porque jamais podemos generalizar - ficam fazendo negociatas. Então, está na hora de barrarem isso.

Hoje o Executivo está bem afinado com o Legislativo. Então, precisamos ver o que a Sehab vai fazer. Trago aqui a questão do Morro do Cruzeiro, o segundo ponto mais alto de São Paulo, para questões ambientais, para questão de turismo naquela área, para que não seja invadida. Digo que há uma parte dessa área já tomada de forma clandestina.

Há também a questão do bairro do Palanque, meu bairro. Sou Presidente da Associação de Bairros lá. Não temos uma área demarcada para a área habitacional, e lá há

peessoas com 1,5 milhão de metros quadrados. A aquisição foi por usucapião, e o povo morando dentro do Rio Aricanduva. Isso é uma vergonha para a quarta cidade maior do mundo, é vergonhoso. Há crianças e mulheres grávidas dentro da lama. Há também pessoas esperando a especulação imobiliária. Quando eu fui Presidente daquele bairro, aos 18 anos de idade, acabamos com os lixões, implantamos coleta de lixo, trouxemos o transporte, água e esgoto, e há pessoas lá esperando seus lotes valorizarem, e nem sequer, à frente de seus terrenos, mandam limpar.

Gostaria que a Sehab, de fato, tome essas providências. Dentro do Bairro do Palanque, há 50 empresas que geram oito mil empregos. Há mais uma, que gera seis mil empregos. Precisamos ver também a questão do emprego, já que o Sr. Prefeito diz quer fazer o Arco do Futuro e trazer qualidade de vida e emprego para próximo de nossas casas. A questão não é apenas de moradia. Precisamos também de lazer e cultura, porque tudo isso é saúde e dignidade de vida. Como fez o Governo do Estado, colocou todo mundo dentro do bairro do Palanque, mas a população não tem onde comprar carne e verdura. Não há sequer uma escola. Moradia é importante, com certeza. Temos de ter dignidade. Esse é um princípio constitucional, mas isso tem de vir acompanhado com acessibilidade, transporte, educação, lazer e saúde.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Anuncio aqui a presença do Conorte, Conselho Regional de Entidades da zona Norte; do Sr. Presidente José Menezes Cabral; da Sociedade Amigos da Região de Santa Inês; dos Srs. Waldir e Tadeu, da Subprefeitura de Santana; do Sr. Antônio, Presidente da Cooperativa Ascobel, no distrito de Campo Limpo e do Sr. Tiago, Presidente da Associação Movimento Moradia do Recreio Primavera M'Boi Mirim; da comunidade do Jardim São José, no Grajaú, representada pela Sra. Margarida e pelo Sr. José.

Agradeço também a comunidade do Jardim Gaivotas, no Grajaú e a Sra. Tatiane e o Sr. Pedro. Vamos deixar uma salva de palmas a todos. (Palmas)

A Sra. Cristina lamentou a ausência do Ministério Público. Ocorre que nenhum órgão de imprensa está presente. A Globo e a Record não estão. Então, não vêm. Caso contrário, estariam aqui presentes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Nobre Vereador Laércio Benko, em nome de todos nós, dirigimo-nos ao pessoal que está acompanhando essa audiência pública assistindo o evento ao telão. O Sr. Jailton lembrou-me de que lá há mais pessoas do que eu pensava. Há umas 200 pessoas em baixo. Vamos discutir depois. Se for o caso, o próprio Luís Roque, o Sr. Laércio e outras pessoas que puderem vão descer para finalizar o evento com os senhores. Quem está assistindo ao evento pelo telão acompanhem o trabalho, porque essa audiência é importante.

Agradeço muito a presença dos senhores e a dedicação, por ficarem em baixo, acompanhando. Deixo um grande abraço para os senhores e um beijo no coração de todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Sr. Dionísio Brito, um amigo de muito tempo, de um movimento muito importante, de habitação da zona Leste, da Frente Popular da Cidadania de São Miguel Paulista.

O SR. DIONÍSIO BRITO – Estão reclamando que a imprensa que não está aqui. Pelo amor de Deus, a imprensa atual tem compromisso com o poder elitizado economicamente. Parem aqui de sentirem saudade da imprensa, que não quer nem saber dos senhores.

Primeiro, mando um abraço a todos. Lá fora há mais de 500 pessoas, assistindo a reunião pelo telão. É uma pena que não puderam entrar. Da próxima vez, o local terá de ser maior, onde todos possam ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – É verdade.

O SR. DIONÍSIO BRITO – Dou parabéns aqui à verdadeira escola da habitação da Política Pública. Falo dos Srs. Alcides Neto e Jailton Santos de Lima.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – São duas celebridades. O Sr. Alcides Neto é coordenador do Movimento Sem Terra de São Miguel Paulista, da zona Leste. É a entidade que mais construiu habitação...

O SR. DIONÍSIO BRITO – Mais de 30 mil moradias.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Em São Paulo, pelo sistema de mutirão e outros sistemas. Peço uma salva de palmas para o Sr. Alcides Neto e também para o Sr. Jailton, nossa celebridade especial. (Palmas)

O SR. DIONÍSIO BRITO – O Sr. Jailton é uma celebridade contínua e vitalícia.

Peço para as grandes lideranças que peçam(?) veementemente a cobrança de pessoas que estão hoje ocupando terras paradas há anos e anos paradas. Ninguém tem nenhum compromisso com os senhores. Tenho uma relação muito boa com o pessoal da Caixa Econômica Federal. Sempre fui bem atendido. Não é justo chegar um carro derrubando uma ocupação, derrubando tudo, jogando crianças e pessoas idosas, velhinhos e tantas outras no meio da rua, sem terem para onde ir.

Então, ao Sr. Prefeito atual, que tem um compromisso de fazer 55 moradias, peço que urgentemente socorra essas pessoas, porque a habitação hoje está no limite, entrando na penúria. Se vacilarem, vai para a situação sumária. Isso está bem próximo.

Peço ao povo que tenha consciência ao cobrarem desse pessoal, mas não dessa forma que está acontecendo ultimamente, de alguém fazer reivindicação do movimento e ficando encapuzado lá, quebrando patrimônio público, assaltando ou roubando lojas. O caminho não é por aí. Alguém precisa fazer alguma cópia de um Governo anterior, quando o orçamento era de sete bilhões de reais. Entregarem 36 mil unidades; ficaram 11 mil e, até hoje, não entregaram isso ainda. Se copiarem aí, se forem por esse caminho, é onde o pessoal vai alcançar a sua casa.

Para a casa desse povo, que está tanto necessitando, tem de ser dentro da política pública. Cinco por cento do salário-mínimo é o que cobra a CEP(?). Ela faz a construção e

peessoas ganham 600 reais ou mil reais. As pessoas vão pagar 5%. Agora não há condições de pessoas fazerem um cadastro, na Caixa Econômica Federal, e, ao chegarem lá, terem de passar por uma série de barreiras, e jamais entram...

Esse dinheiro tem de vir de fundos perdidos, porque se vier do dinheiro da Caixa, de empréstimos(?), os senhores não vão passar, porque o grande dinheiro que está vindo hoje, por meio de grandes incorporadoras, que têm compromisso com o poder concentrado economicamente... Ouvi falarem que 59 bilhões de reais foram para a Habitação. Para onde foi esse dinheiro? Lá há uma placa: "Minha Casa Minha Vida". Chegando lá, temos de dar 15 mil, 20 mil reais de entrada. Isso é política pública? Isso é Governo de habitação? Perdoem-me, mas não concordo com isso. Que o Governo de Habitação seja o nosso, mas tem de haver um compromisso com a política pública. Aliás, não conheço política pública se não for dessa maneira. Quem ganha o salário-mínimo tem direito a sua casa, pagando de cinco ou 10%, indo lá morar; e o déficit habitacional está sumário, já chegando. A questão é muito complicada.

Não posso deixar de dar parabéns para a advogada de São Mateus, que fez uma colocação muito nobre. A realidade é essa. Urgente, defesa em cima das ocupações. Não é justo pessoas estarem há dois anos lá e depois chega um trator e derruba, jogando as crianças e as pessoas idosas na rua. Urgente, para fazerem essas 55 mil moradias, tem de urgentemente começarem. É lógico que esse orçamento não é nosso, é da gestão anterior; caso contrário, ficará em déficit e em dívida. Isso é complicado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Peço desculpas a todos por estar sendo até um pouco duro no controle do pouco. Todos terão de ser ouvidos.

Tem a Sra. Néia Arantes, coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares.

A SRA. NÉIA ARANTES – Bom dia a todos. Cumprimento a todos, porque esse é o movimento. É isso o que precisamos estar fazendo. Nós somos os grandes que estamos aqui.

Independentemente deveria estar aqui uma representante do Ministério Público. Estamos aqui e o povo é forte. Sabemos disso. Isso é o mais importante também. Temos de cobrar isso mesmo.

A representando da Subprefeitura de São Mateus foi muito eficiente naquilo que falou, foi muito coerente. Ela realmente passou a situação que está ocorrendo. Temos um problema grandíssimo. Enquanto coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, digo que estamos para garantir direitos, inclusive à moradia, direito daquela criança... Quando chega o metrô, que fez atrocidade na Avenida Água Espraiada, especulação imobiliária, aquela safadeza toda, e que nós não tivemos respaldo, que jogou muitas crianças lá para o fundão, que hoje estão fora da escola, crianças que estavam nas creches e não estão mais, isso foi a maior vergonha, porque ali não tinha a ver com Copa nenhuma E nem se tivesse, primeiro as pessoas, o ser humano, e não Copa e nós estamos aqui para isso. E não foi feito isso. O Ministério Público e a Defensoria, desculpe-me doutora, com todo o trabalho que a senhora faz e respeito, porém é o dinheiro que está falando mais alto, é o dinheiro daquele povo. Eu estive presente e promotores recuaram por causa do poder do metrô, o poder do dinheiro e se esqueceram das pessoas, a gente sabe disso.

Hoje estamos com um problema enorme na Espraiada e sei que em todas as regiões nós temos a questão da habitação. E 55 mil, como é que vai ser? Sabemos que o Poder Público é moroso, a política pública é morosa, e nem existe tanto para isso. Nós é que precisamos lutar para fazer a política pública acontecer em São Paulo, e não existe política pública, não, existem embassamentos, pessoas que sentam lá e ficam.

Parabenizo a iniciativa do nobre Vereador, porém sabemos que vai ter entrave em algum canto, entrava, sim, porque ninguém está preocupado com o povo não, entrava e muito. Se há o Orçamento passado porque não começaram a construir as moradias para as pessoas? Porque todas as pessoas...temos hoje a questão da Operação Urbana Água Espraiada. Por que a Operação Urbana Água Espraiada não construiu ainda ali no terreno da Estevão Baião?

Estão há três tirando o barro, porque o povo não é importante. Não vem com essa não. E não foi feito nada. Dinheiro tem, deve ter alguma coisa que sobrou. Estão trabalhando com o Orçamento passado, então, que construam ali logo as moradias e não como fizeram. São empresários, o bairro de campo belo...fazer um monotrilho que não tem nada a ver, não atende à nossa população, quem pega ônibus somos nós!

Temos que nos unir e não deixar barato não. Ir para frente mesmo e mostrar que somos seres humanos, temos direitos. A Constituição prevê isso para nós. E somos nós que pagamos os impostos e temos de cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Sr. Dalcides Neto, da Pastoral da Moradia.

O SR. DALCIDES NETO – Boa tarde a todos. Vim aqui para discutir a questão do Plano Diretor da Cidade, mas as duas leis que estão propondo são relevantes para a Cidade. Fico um pouco preocupado porque nos dois governos que passaram Serra/Kassab o que deixou de se construir e o que se colocou de gente no bolsa aluguel, se o Fernando Haddad der continuidade e fizer 110 mil moradias nos dois mandatos, não conseguirá resolver nem o problema do pessoal que está no bolsa-aluguel, vocês imaginem para atender a política de habitação desta Cidade.

Por outro lado, tem um pessoal hoje que está nessas ocupações e nos bairros onde tem as ZEIs e que poderiam ser construídas habitações populares, mas as empresas que tem dinheiro chegam lá, pegam a tal da outorga onerosa, constroem no limite que podem e depois os movimentos não podem construir habitações populares. É o que tem acontecido, porque tem dinheiro, chega e compra, se podem construir cinco andares eles constroem dez, pagam a tal de outorga onerosa e deixa, não pode construir porque venceu o limite.

Gostaria que os Vereadores ficassem atentos a esta questão e quando vir o Plano Diretor para esta Casa para que não deixassem isso acontecer no futuro bem próximo. Temos um problema sério nesta Cidade que é o tal do interesse econômico. A Prefeitura deu

concessão de 400 milhões para o Corinthians fazer o Itaquerão. De outro lado, temos mais de cem mil crianças fora de creches nesta Cidade por falta de uma política habitacional no passado.

Há dois programas do Governo Federal para ajudar o Fernando Haddad que é o Minha Casa, Minha Vida Entidades e um programa chamado FAR e a Caixa Econômica Federal gerencia esse programa. Na zona Leste há três anos um apartamento custava 80 mil reais, hoje custa 170 mil. A maioria das pessoas não conseguem comprar hoje um apartamento no mercado. A Prefeitura tem de ter coragem de enfrentar a especulação imobiliária, inclusive, trazer o povo para o Centro, que está degradado. Se trouxéssemos as pessoas para o Centro resolveríamos três problemas de políticas públicas: no Centro há creches fechando porque não há demanda, os melhores hospitais estão aqui, há um monte de bairros degradados que poderiam trazer o pessoal para o Centro. E há o transporte. Quantas pessoas moram em Guinases e tem de madrugar para vir fazer o café para o doutor e não há transporte. Você tem uma população da Venezuela indo de manhã e outra voltando à tarde e um caos no transporte.

Existe um grupo que discute a reforma urbana precisamos intensificar essa discussão e trazer o pessoal para ocupar o Centro. Nós precisamos priorizar programa de habitação porque licitações demoram muito, se brincar termina esse Governo e não conseguem resolver. Os movimentos organizados devem fazer pelo Minha Casa, Minha Vida Entidades porque pode ver o terreno, valor, combina com o proprietário, aprova o projeto e garante a demanda. Eles vão ter de garantir o pessoal que está na fila, que está no bolsa aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra a Sra. Nilda Neves, do Movimento pelo Direito à Moradia.

A SRA. NILDA NEVES – Boa tarde a todos. Primeiramente, quero parabenizar a iniciativa do nobre Vereador por esse projeto que realmente vem no momento oportuno. Nesse

projeto só há uma preocupação que é a questão dos programas que retiram as famílias de área de risco e entendemos que as áreas de alto risco precisam que as famílias sejam realmente removidas e enviadas para os programas sociais, mas esse programa social principalmente o Parceria Social, sabemos das dificuldades que as pessoas estão passando hoje.

O Parceria Social é muito restritivo, então, ficamos preocupados. Quero dar um exemplo das famílias, do que está acontecendo no córrego da Ponte Baixa. Inclusive, estamos passando por uma situação no M'Boi Mirim muito complicada lá. A Siurb está fazendo umas obras no entorno que já prejudicou muita gente, que inclusive tem concessão de uso, de posse. A Defensora Nair falou, inclusive, parabênizo a sua ação pelos movimentos de moradia, e digo que sinto falta do Ministério Público. Não sou da opinião que o Ministério Público só está onde a imprensa está, ao contrário, se não fosse o Ministério Público, as nossas famílias teriam sido expulsas desses prédios sem nenhum direito digno de pelo menos ser ouvido. O Ministério Público é uma instituição respeitada pela sociedade civil.

Já pedimos uma audiência pública para tratar do assunto da questão da Ponte Baixa porque não é área de risco. Casas boas foram derrubadas, casarões. Essas casas foram removidas e queríamos uma audiência pública para que o Ministério Público e a Defensoria também pudessem atuar neste caso porque as famílias da Ponte Baixa foram removidas, não tiveram direito nenhum, mesmo com esse documento na mão de concessão de uso de posse.

Na verdade, para que é entregue esse título à família se ela não tem direito na hora que a Casa dela chega ao chão? Gostaria que os Vereadores se atentassem para isso porque o que está acontecendo na nossa Cidade é essa falta. A Câmara Municipal precisa ir mais na comunidade e conhecer mais os problemas da Cidade, acompanhar porque as pessoas estão perdendo seus direitos e o Ministério Público e a Defensoria têm ajudado, sim.

Estamos recorrendo novamente por esta questão da Ponte Baixa ao Ministério Público. Então, reforço aqui o pedido dos moradores da Ponte Baixa que realizem uma

audiência pública com presença do Ministério Público e da Defensoria para que aquelas famílias que perderam as suas casas e estão na rua sem ter onde morar. Olhem para aquela população porque eles estão desassistidos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra a Sra. Jocélia Bernardi, do Jardim da Conquista.

A SRA. JOCÉLIA BERNARDI – Boa tarde a todos. Eu me chamo Jocélia e represento os moradores do Recanto dos Humildes, em especial, do Jardim da Conquista porque estamos pedindo regulamentação fundiária para a nossa área porque diversas vezes estão passando associações somente para querer roubar o dinheiro do povo e estamos cansados disso. Queremos a regulamentação, o documento da nossa área, e peço a colaboração dos Vereadores em nome de todos. Em especial as ruas: São Mateus, União, França, Gênese, Monte Sinai e São Paulo. Essas ruas ainda não foram pavimentadas e não temos a nossa documentação, portanto, não queremos mais enganação, queremos a colaboração da Câmara Municipal, em especial, do Presidente José Américo, para que possa nos ajudar e colaborar com isso porque não aguentamos mais tanta enganação.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Sr. José Orlando.

O SR. JOSÉ ORLANDO – Boa tarde a todos. Sou engenheiro e faço parte do Movimento Água Espreada onde a Prefeitura, de acordo com o projeto da Marta, deveria já ter executado oito mil moradias, porque o projeto foi feito em 2001. Até agora foram entregues 180 unidades habitacionais. Já foi gasto mais de um bilhão de reais, 100 milhões de reais em projetos e a Prefeitura hoje tem em verba um bilhão e 980 milhões para gastar com a Água Espreada.

A proposta da Água Espreada é que a Prefeitura faça quatro mil moradias e o CDHU faça as outras seis mil. Duvido que o Governador Alckmin faça alguma moradia na cidade de São Paulo e estou esperando, nós já estamos em junho e não há projeto, licitação, os terrenos estão sendo desapropriados ainda. Então, não vamos fazer CDHU, mas o dinheiro

que tem em caixa dá para fazer o túnel, que custa um bilhão e 530 milhões. Estive na SPObras semana passada e eles começaram o túnel, que tem ordem de serviço. Já tem reajuste e esse túnel vai acabar custando mais de dois bilhões de reais. O dinheiro que tem hoje disponível não dá para construir o túnel e as casas. Eles vão fazer o túnel e 3500 casas. O pessoal do Jardim Edith, que está aqui e que não me deixa mentir, está esperando a casa deles há quase oito anos e estão no aluguel social recebendo 300 reais há oito anos.

O pior é que toda a Bancada do PT durante os últimos três anos lutaram com a gente contra o túnel, todos os Vereadores falaram mal do túnel e o Prefeito Fernando Haddad esteve na minha região. S.Exa. falou que o túnel era inexecutável, que o custo era um absurdo, ele esteve lá, andou na região comigo. Sabe o que fez: há 15 dias deu a ordem para realizar a obra do túnel porque o túnel custa 1,5 bilhões e estamos aqui sendo enganados, estou sendo traído porque S.Exa. esteve comigo e ninguém fez nada.

A Caixa Econômica da qual eu fui funcionário tem ofícios e relatórios que simplesmente compactam com o dinheiro. O dinheiro das desapropriações não pode ser usado sabe por quê? Porque o túnel está fora do perímetro. A lei diz que o dinheiro só pode ser usado dentro do perímetro da Operação e o túnel está 78% fora do perímetro. Os emboques estão fora do perímetro, os postos de ventilação estão fora do perímetro e ninguém faz nada.

O Secretário de Obras da Administração Kassab esteve nesta Casa e enganou os Vereadores porque falou que o parque ia ter 600 mil metros. Está gravado e taquigrafado. Só que agora o Parque mudou para 300 mil metros.

Nós estamos sendo enganados. É possível...eu mandei um estudo para vários Vereadores, para o Sr. Presidente José Américo e para quase todos os Secretários da Administração Haddad dizendo e mostrando como engenheiro que se ele não fizer o túnel, ele consegue fazer 20 mil moradias dentro da Águas Espraiadas. Não é uma nem duas, são 20 mil moradias. Até hoje não tive resposta de ninguém.

O Prefeito Fernando Haddad deu a ordem para começar o túnel há exatamente 20

dias.

Então nós estamos sendo enganados. Daí ele aparece na televisão e fala que não tem dinheiro. Não tem dinheiro para construir casa, que não tem terreno. Mas na Águas Espraiadas tem terreno para fazer 200 mil moradias. Não é para dez, nem para quatro. O senhor me conhece, o Luis Roque me conhece, a Defensora me conhece. Mas, como eu tenho casa, a Defensora Pública não pode me defender.

E o Ministério Público não faz nada. Tenho cinco ações contra a Prefeitura. Cinco ações e estão todas paradas. Inclusive, uma delas que o próprio PT assinou em 2010, nos defendendo.

Prestem atenção: o PT assinou uma ação com a gente nos defendendo em 2010. E, agora, mandou executar o túnel.

Depois, um dos secretários me falou em *off* que o túnel era irreversível por problemas jurídicos. Até a lei de licitação eu mostrei para o Secretário que ele pode cancelar a obra, pois a obra não começou.

Vou mencionar um dado bacana: a obra não começou, mas a Prefeitura de São Paulo já pagou 78 milhões de reais para as empreiteiras.

Só mais um dado que alguém mencionou aqui: a Estevão Baião não começou a obra ainda, que são 340 apartamentos, e o valor é de 44 milhões – a senhora Caixa Econômica pode verificar -, a obra está na fundação e sabe quanto já foi pago para a empreiteira? Vinte e três milhões. Já pagaram metade e a obra está na fundação.

Minha gente, perguntei isso para o Secretário de Habitação e até hoje estou esperando a resposta.

Então, vamos continuar sendo enganados, sendo traídos, pois eu falei para o Secretário do Governo Donato e também para todos os Srs. Secretários: o Prefeito Fernando Haddad, até o momento está me enganando. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Muito obrigado. Passo a palavra para o

Pastor Edson Gomes, da Federação Pró Moradia do Brasil e passo a presidência dos trabalhos para o Vereador Alessandro Guedes.

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. EDSON GOMES – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa.

Início parabenizando o Vereador José Américo por essa iniciativa, mas pedi para falar a respeito do Centro da cidade de São Paulo.

A Federação Pró Moradia do Brasil, no ano passado, no mês de outubro, reuniu um grupo muito grande na cidade. Foram 39 coordenadores de vários segmentos da Cidade e de vários bairros, zona Leste, zona Sul, e decidimos ocupar alguns imóveis.

Dentre esse imóveis estão o Othon, que fica do lado da Prefeitura de São Paulo que está sendo entregue hoje. Estou saindo daqui para entregar a chave aos representantes dos proprietários. Hoje está sendo entregue. Ontem passamos o dia em Hab-Centro, atendendo 800 famílias, só que faltavam 114 famílias. Essas últimas famílias foram recebidas através da Federação e, segunda-feira, estarão sendo atendidas.

Quero dizer ainda que, dessas ocupações, do Othon, da Conselheiro Crispiniano, da São Francisco e da Duque de Caxias, foram atendidas 1.894 famílias no Centro.

A minha preocupação, quero deixar claro, é que essas famílias receberam auxílio de 900 reais e foram para o cadastro para atendimento definitivo.

Há por parte do Governo do Estado e da Prefeitura um convênio assinado para 20 mil unidades no Centro da Cidade.

Além dessas famílias, temos mais quatro mil famílias na lista de espera que não receberam esse benefício. Eu estou preocupado se essas famílias serão atendidas, de fato, no Centro da Cidade. E as outras que ainda não foram cadastradas.

Eu disse no ano passado e vou repetir: fomos enganados pelos governos Serra e Kassab durante oito anos. A única política habitacional que houve nesse período foi o chamado bolsa aluguel, auxílio aluguel, como qual não concordo. (Palmas). O que o bolsa aluguel faz é

enxugar gelo. Ao invés de darem dinheiro, é preciso que se construam casas no Centro e em toda a cidade de São Paulo. (Palmas)

Minha preocupação é: será que vão fazer essas moradias? Ou será que, mais uma vez, seremos enganados? Não basta apenas cadastrar as famílias, elas - e também as que não foram cadastradas - têm que ser atendidas.

Das famílias que estão hoje saindo do Othon, muitas não têm para onde ir, e 900 reais de auxílio não pagam nem um barraco aonde eles queiram ir, nem um cortiço, porque o aluguel de um cortiço no centro de São Paulo custa de 800 a 900 reais.

Nós da Federação estaremos vigilantes. Essas 1.894 famílias cadastradas terão o atendimento da Prefeitura, porque trabalharemos para isso e vamos ajudar. O Masuda da Caixa Econômica, que está aqui, sabe que a Federação Pró-Moradia do Brasil tem na Caixa Econômica 11 terrenos, os quais já foram visitados pela Caixa e estão no Casa Paulista. O Governo do Estado criou uma agência chamada Casa Paulista dizendo que vai construir, ou melhor, que vai dar até 20 mil reais para complementar os projetos de habitação. Espero que o Casa Paulista não seja mais um engano para os movimentos. Se for, nós do movimento estamos prontos para ir para as ruas e fazer valer o Casa Paulista que o Governador Alckmin criou. (Palmas) Ele criou, agora queremos o resultado.

Agradeço a todos e faço um convite. No dia 13 de setembro haverá, nesta Casa, neste mesmo espaço, o II Seminário Nacional de Habitação da Federação Pró-Moradia do Brasil. O Vereador José Américo, que não está presente nesta reunião, foi o proponente do primeiro seminário. Ele será convidado para estar conosco no dia 13, das 9 às 17 horas. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Pastor Edson. Ainda há 21 inscritos para falar e, depois, há ainda a fala da Mesa. Pedimos às pessoas que já se sentem contempladas com as falas de outros companheiros, que, por favor, cedam o tempo a outros. Se não, tudo bem também. E peço que os inscritos respeitem o tempo limite de três

minutos. (Pausa)

Tem a palavra o Sr. Valdinei Soares dos Santos.

O SR. VALDINEI SOARES DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Falo em nome dos moradores do Jardim Novo Araguaia. Achei bonito tudo que foi falado e apresentado, mas espero que seja cumprido. Em toda eleição vemos gente prometendo, mas ninguém cumpre o que promete. Já estamos cansados de ouvir as mesmas coisas. Vimos que o Prefeito prometeu 55 mil moradias. Este ano praticamente já acabou, e não vimos uma casa sequer ser erguida pelo governo Haddad. Então, é hora de brigarmos. Já vimos que os nossos governantes só agem através de pressão. Se nos acomodarmos, vamos deixar passar mais uma gestão, e nada será construído.

Lembro a vocês o exemplo dos moradores do Pinheirinho II. Eles correram atrás de liminar, e o problema só foi resolvido a partir do momento em que houve pressão da televisão, mostrando a tropa de choque batendo nas pessoas como se fossem bandidos. Lá viviam, sim, trabalhadores, que pagam seus impostos para que os governantes continuem no poder recebendo seus salários.

O representante do Secretário Municipal de Habitação disse que o problema seria área a ser desapropriada. Quero informar que temos uma área na Rua Nanci Rocha. Secretário, se o senhor puder ir ao local fazer uma visita, nós temos sim a área, e nela há 350 famílias morando. Não queremos ser tachados como invasores, queremos pagar e queremos moradia digna. Em nome dos moradores, convidamos vocês a não esperar que façamos pressão com televisão e outras estratégias. Vocês têm o poder de resolver o problema. Nós precisamos que vocês vão até o local, onde queremos continuar. Não queremos sair de lá, mas queremos pagar. Agradeço a todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Valdinei. Tem a palavra o Sr. Francisco Ferreira de Sá.

O SR. FRANCISCO FERREIRA DE SÁ – Boa tarde a todos. Boa tarde aos

componentes da Mesa. Estou aqui simplesmente para reivindicar a posse de uma área em que moramos. O Dr. Luiz Roque esteve na nossa comunidade e conheceu o local. É uma área com 52 moradias e mais de 100 famílias. Moramos lá há 20 anos e não temos nenhum tipo de saneamento básico, ou água, ou luz. Tudo é irregular, clandestino. Nós moradores estamos dependendo da assinatura de um documento da Subprefeitura para que Eletropaulo e Sabesp vão ao local e regularizem nossa situação. Quando vamos à Subprefeitura fazer essa cobrança, eles nos dizem que não têm esse poder para assinar. É algo simples! Creio que os senhores da Mesa já têm, em suas residências, água e luz, não passam pelas mesmas dificuldades que nós. Lá existem pessoas com AVC, com câncer e não podem ficar sem água e luz. De um tempo para cá, o fornecimento da nossa luz está caindo direto e o fornecimento de água, cortado. Essas pessoas não podem ficar sem isso, que direito de cidadania. O Governo promete isso para cada cidadão brasileiro, mas não está cumprindo. É legal que todo mundo venha aqui e fale bonito, mas só nós conhecemos a realidade daquelas famílias.

Agradeço desde já por esse novo governo, porque, quando ele se iniciou, eu senti que está sendo dada mais atenção para nossa comunidade, tanto que esteve lá o Sr. Luiz Roque e funcionários da subprefeitura – alguns dos quais presentes hoje. Eles estão dando atenção para nós, só que isso não está sendo suficiente, não está resolvendo. Estamos precisando pelo menos de água e luz para garantirmos um mínimo de dignidade, além, claro, da nossa moradia. Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Federação dos Municípios Trabalhadores e Empreendedores dos Bairros de São Paulo. Saúdo as autoridades da Mesa e todos os demais presentes.

Apresentei o projeto Minha Casa Minha Vida na I Conferência das Cidades, que previa uma revolução, com a construção de 21 milhões de conjuntos habitacionais até o ano 2001 (*sic*). Temos lutado em São Paulo pela regulamentação fundiária, mas vou me ater ao

problema das 6 mil famílias que estão sendo massacradas em torno do estádio Itaquero, engabeladas pelo ex-Prefeito Gilberto Kassab com a famigerada bolsa aluguel de dois salários mínimos. Oitenta por cento dessas famílias estão hoje debaixo de lona. Cerca de 8 mil famílias estão também sendo engabeladas na construção do Rodoanel pelo Governo do Estado, que está desviando mais de 1 bilhão de reais, destinado à indenização dessas famílias, que estão, também, vivendo debaixo de lonas.

Então, essa é uma reflexão que as autoridades têm feito...

Então, essa é uma reflexão que as autoridades têm feito.

Para terminar, saúdo os guerreiros que estão aqui lutando por uma habitação de qualidade e moradia e transporte mais justos. Saúde também todos os estudantes e cidadãos que estão lutando pelo Passe Livre, que estão sendo agredidos e massacrados por esse governo truculento e por essa polícia corrupta do Estado de São Paulo, que tem inclusive recebido propina para massacrar os estudantes e as seis mil famílias do Bairro de Pinheirinho. O Governador Geraldo Alckmin financiou a operação junto com a especulação imobiliária numa área de Naji Nahas, que acabou com três jovens estupradas e um jovem morto.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Artemiza Gondim, Supervisora de Habitação da Subprefeitura de Perus.

A SRA. ARTEMIZA GONDIM – Na pessoa da Nair, cumprimento a Mesa e, na pessoa do Tibiriçá, cumprimento os demais presentes.

Residente e domiciliada em Perus, mesmo conhecendo todos os problemas sociais, principalmente na área da habitação, foi um tremendo susto chegar à Subprefeitura, pois há oito áreas em processo de desocupação, sendo que Perus é simplesmente 70% irregular.

Digo ao Tibiriçá e aos representantes do Secretário Floriano que temos o terreno dos Badra, onde, somente em 20% dele, dá para assentar 1.200 famílias. Um assentamento para 1.500 famílias na região de Perus resolveria sua demanda habitacional.

Sentimos, sim, falta do Ministério Público e das demais autoridades, mas estamos bem representados pelas pessoas que se interessam por essa causa. Lá temos três regiões que foram extremamente massacradas, lamentavelmente pelas pessoas serem leigas.

Na época, há quase 17 anos, no Jardim da Conquista, comprei um terreno. Toda essa área já está paga, mas agora aparece mais uma associação, a Terra Nova Brasil, vendendo novamente as terras já pagas por pessoas que residem lá há mais de 20 anos.

Que essa terra seja desapropriada pelo Município, que dê a essas pessoas o direito de morar onde já estão estabelecidas há mais de 20 anos.

Outra causa é a do Jardim da Paz. Que seja feita a regularização fundiária naquela região, que ela seja urbanizada e que a área não seja aproveitada para fazer um depósito nem que sirva para sediar a vontade de especuladores imobiliários nem de associações que aparecem de repente e vendem a área para pessoas sem nenhuma responsabilidade social ou compromisso, pois estamos novamente sofrendo.

Desses oito processos de Perus, o mais grave é o dos moradores do Jardim Boa Vista, que sofreram todo tipo de agressão e precisam da regularização fundiária, pois lá não existe risco, como aponta o laudo do IPT feito por aerofoto. Há lá 180 famílias sofrendo todo tipo de abuso e esperando a mudança de zoneamento para que a sua região seja regularizada.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Cosmira Flores.

A SRA. COSMIRA FLORES – Boa tarde. Faço parte de uma comunidade chamada Recanto dos Girassóis, em Perus. Sou coordenadora da área e acompanho o seu movimento há 26 anos.

Essa área, de 14 mil metros quadrados, foi comprada em 1989 por 53 moradores. Sinto-me enganada ao falarem que a área é irregular e hoje em dia não consigo escritura nem algum benefício para lá.

Venho lutando e por esta oportunidade agradeço ao Vereador José Américo, aos demais membros da mesa e ao Dr. Luiz Roque, porque só aqui estou tendo a oportunidade de falar o que tenho sofrido nesses 26 anos.

Na época, havia 1.500 pessoas interessadas em comprar a área, mas apenas 53 tinham dinheiro, sendo que eu fui uma delas. Foram dois anos de salário mínimo e mais tudo o que tinha na Bahia para dar de entrada nesse terreno, e hoje meus filhos e netos estão sem moradia e eu estou correndo o risco de ficar sem nada.

Quando comprei, a área era do Sr. Fiorelli Piccicacco, uma pessoa muito rica de Perus, que pagou o terreno perante um juiz. Hoje, quando corro para resolver esse problema, falam que a área é irregular, que é APP, que é área de manancial. Fico, então, nesse sofrimento.

As 53 famílias que compraram o terreno hoje já somam 2000 pessoas. Só na minha casa são cinco famílias.

Estou hoje pedindo ajuda, pois tenho certeza de que os senhores podem fazer alguma coisa por mim e por todos os que não puderam estar aqui hoje.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Paulo Sérgio Carvalho.

O SR. PAULO SÉRGIO CARVALHO – Bom dia. Sou engenheiro e, juntamente com o José Orlando, estou empenhado em resolver essa safadeza que a Prefeitura de São Paulo está fazendo em relação ao Jabaquara, que é uma região onde faltam casas, creches, hospitais, postos de saúde, mas onde não vai faltar túnel.

A Prefeitura de São Paulo tem uma verba vultosa que daria para resolver todos esses problemas da comunidade, mas ela quer construir um túnel, onde não vai passar ônibus nem metrô e sim carros de bacaninhas em direção à praia. Isso é justo?

Sob o ponto de vista logístico, estamos apontando falhas no projeto e as safadezas

dos roubos de verbas. Até já protocolamos diversos ofícios para diversos Secretários, mas não obtivemos nenhuma resposta. Nenhuma! Já agendamos por mais de quatro vezes uma reunião com o Sr. Prefeito, e todas foram desmarcadas. Todas!

Não estou mentindo, não, essa é a mais pura realidade.

Estamos sendo enganados pelo Sr. Prefeito. Estamos! Espero voltar aqui para me desculpar e dizer que errei em relação a tudo o que foi prometido pelo Sr. Prefeito a respeito da defesa da comunidade e das moradias.

Hoje, com todas as letras, digo que estamos sendo enganados. Não há dúvida. Na hora em que esse túnel sair, a casa de vocês já era, porque eles já estão empurrando a construção das casas para o Governo do Estado.

Vocês acham que, numa época de campanha eleitoral, quando há briga ferrenha entre o PT e outros partidos, qualquer outro partido vai construir casas para o PT inaugurar? Santa inocência! Estamos, então, sendo enganados, sim!

Espero que, assim como outras reivindicações na cidade de São Paulo, nós nos unamos e façamos uma reivindicação para que tenhamos o Jabaquara mais digno. Não que outras áreas não mereçam, mas estou falando do Jabaquara, um processo que conheço bem.

As outras áreas também merecem, mas queremos um Jabaquara onde todos possam viver com dignidade, em boa moradia, com saúde, creche e hospital. Ou sou eu o único a querer isso? Vamos lutar por isso, vamos lutar! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. José Gomes da Silva, do Jardim Esperança.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Boa tarde a todos.

Estou praticamente satisfeito com tudo o que ouvi aqui. Eu discordo das manifestações que estamos vendo nas ruas, porque ela começa pacífica e termina com baderna. Em todos os lugares é assim, então, não é uma coisa tão boa como pregam.

Esta audiência pública traz o que o Governo precisa para fazer a coisa acontecer,

porque todas as lideranças estão trazendo suas reivindicações, a sua mágoa de não estar sendo atendida e o Governo prometeu fazer 55 mil casas e eu acredito muito no PT, acredito muito no Governo, mas é preciso começar porque o nome já está indo embora e a gente não está vendo sequer a fundação desse local para construir casas. (Palmas)

Então, gente, não dá para ficar no anonimato esperando que a coisa aconteça. Temos de cobrar e esta audiência pública veio a calhar neste momento porque o que ouvimos aqui hoje é de arrepiar. O Governo tem de tomar a posição e tem de começar a dizer a que veio e cumprir com aquilo que prometeu.

Nós gostamos do partido porque ele era a nossa esperança. O Governo anterior não fez nada e massacrou a comunidade. Já passou da hora do Governo tomar posição e cumprir com as audiências públicas que tem prometido com as pessoas. Digam diretamente se pode ou não podem, mas falem para as pessoas. Eu tenho uma demanda do Córrego que precisa de limpeza. Há moradores sendo retirados. Há uma demanda do Jardim Selma. O Governo tem de estar atento a tudo e tem de fazer, porque foi esse o compromisso e por isso que votamos e elegemos o Prefeito.

Graças a Deus temos um Presidente da Câmara como o José Américo que esteve em todas as comunidades, eu sou testemunha disso, ele se comprometeu e está cumprindo com tudo o que se comprometeu na campanha. É isso que nós queremos, uma pessoa responsável e assim vamos conseguir mudar o rumo dessa história que está muito difícil e está ficando muito ruim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Iverlan Lucas.

O SR. IVERLAN LUCAS – Cumprimento todos os presentes e os companheiros que estão lá fora assistindo pelo telão.

O mandato do Vereador José Américo tem conduzido uma luta muito importante pela moradia popular na Cidade. Vocês viram a natureza do projeto de lei. A luta pela

regularização fundiária é o mote desse mandato que tenho orgulho de pertencer e é por isso que estou aqui me manifestando.

Eu, particularmente, tenho acompanhado algumas regiões que têm questões relacionadas à moradia popular, por exemplo, o Jardim Maringá. Lá existem 100 famílias que estão lutando pela regularização. Elas conseguiram vencer os desmandos da administração passada devido à sua organização, pois a administração passada queria retirá-los de suas moradias e agora estamos juntos oferecendo nosso apoio na interlocução com o Governo para a questão da regularização do pessoal do Jardim Maringá.

Cumprimento às lideranças dos Srs. Pedro e Nelson e, através deles, todos os companheiros que vieram do Jardim Maringá até aqui. Cumprimento também o pessoal do Piratininga que veio e, através do companheiro Jeremias, cumprimento a todos.

Pessoal, estamos acompanhando a área da região da Água Espriada. O Prefeito Fernando Haddad está governando esta Cidade há seis meses. O Projeto Água Espriada foi aprovado no Governo Marta e modificado no Governo Kassab. Sabemos muito bem que eles não fizeram nada. Não construíram quase nada de moradias.

O Governo Haddad está há seis meses e se coprometeu na construção pede 10 mil moradias. Tivemos uma reunião na Secretaria de Habitação há 15 dias, onde foi reiterado esse compromisso.

O Governo deu um prazo para o início das obras até o final do ano e para a conclusão em 18 meses. O Governo Federal vai dar aporte para a construção dessas moradias.

O Governo do PT é um governo em que acreditamos. O compromisso do PT é com a moradia popular em primeiro lugar.

Tivemos oito anos de desmando e o Haddad está apenas há seis meses. Não podemos desqualificar um Governo que acabou de começar.

Confiamos no Haddad e vamos cobrar e acompanhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Ricardo Rocha, Subprefeitura da Cidade Ademar, Supervisor de Habitação.

O SR. RICARDO ROCHA – Boa tarde a todos.

É muito bom ver essa manifestação legítima.

Estou na qualidade de supervisor de habitação, na Subprefeitura Cidade Ademar. Mas queria fazer um apela à Sehab e aos nossos Governantes. Isso aqui é prioridade para o Governo. Cadê o Prefeito, o Secretário, o pessoal da Cohab e os Vereadores? (Aplausos)

Prioridade para mim é compromisso, porque isso aqui não foi marcado de última hora.

Vamos cobrar isso e parabenizar os que estão aqui.

Na Sehab acho que está faltando um diálogo entre Mananciais, Hab sul, Hab Norte, com a Sirub.

Como estão fazendo hoje? Por exemplo, vai fazer uma obra que vai envolver remoções de casas. O que eles fazem? Simplesmente vão lá e fazem. Na hora em que a bucha estoura, quando um morador vai lá para reivindicar o seu Auxílio Aluguel, eles falam: “Procura na Subprefeitura”. Mas, no começo não dialogaram com a gente.

Então, o que a gente está fazendo lá como supervisor se não existe um diálogo?

Outra situação. Vereador, faço um apelo para que você fale com os Vereadores junto com o Prefeito. É inadmissível uma Subprefeitura não ter uma equipe de desfazimento! Liguei em 28 subprefeituras e em nenhuma tem. E o que acontece?

Como tivemos lá no Córrego do Zavuvus, na gestão passada, de maneira truculenta tiraram os moradores de lá. Muitos deles não foram incluídos no Auxílio Aluguel até agora. Temos vários processos engavetados.

Na antiga gestão, esses moradores não podiam ficar lá porque foi classificado como risco 4, só que não foi desfeita a casa deles e hoje as pessoas invadiram. E esses

podem ficar lá? É isso?

Isso porque não foi feito com responsabilidade. Se tirou morador de lá que o coloque no Auxílio Aluguel e remova a casa. Não deixe lá.

Queria tratar esse assunto com carinho e queria que você intermediasse isso, porque já estamos no sexto mês de gestão. Ainda dá tempo, mas o Prefeito precisa tomar as rédeas.

Tem de ver o que é prioridade, se é Habitação ou não. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. José Cecílio dos Santos, do Centro de Apoio Comunitário do jardim Boa Vista.

O SR. JOSÉ CECÍLIO DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Meu nome é José Cecílio e sou Presidente do Centro de Apoio Comunitário do Jardim Boa Vista.

Trabalho com mais de 300 famílias em um projeto de moradia e também estamos reivindicando aqui a Carta Crédito.

Se tem um subsídio para o pessoal de baixa renda, tem de ter também um subsídio para o pessoal que quer comprar uma casa. Querem empurrar as pessoas para os apartamentos, e os apartamentos que nunca saem.

Por que não tem a Carta Crédito?

Por que não tem mudança na moradia?

Na Caixa Econômica tem muita burocracia para se comprar uma moradia.

No meu projeto de moradia trabalhamos com pessoal que tem mobilidade reduzida e que não pode morar em apartamento. Mas a Caixa Econômica tem de ver isso também.

Você tem de ter opção.

Peço, também, para que os Vereadores visitem os projetos de moradia, as comunidades.

O Prefeito Haddad disse que trabalharia com as lideranças, então as lideranças têm

de ser visitadas para que o Poder Público saiba o que está acontecendo.

Precisamos de dignidade e de moradia. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Laércio José de Souza.

O SR. LAÉRCIO JOSÉ DE SOUZA – Boa tarde a todos e a todas.

Houve um projeto de regularização no Jardim da Conquista e tivemos 80% da área regularizado.

Vinte e por cento do bairro ficou para ser regularizado e que era área de fundo de vale e de risco.

De 900 casas sem documentação, 176 têm de ser removidas.

Queríamos que a Sehab visse como está esse projeto e que desse andamento para que tivéssemos 100% de regularização em nosso bairro.

Também vou falar um pouco do Jardim Vila Bela. Através do Dr. Luis Roque e do Vereador José Américo estamos auxiliando um trabalho no local, que terá uma remoção de 210 famílias, no mínimo, para ser feita uma obra da Sabesp. Não é a obra de regularização fundiária ainda.

Queria ver com a Sehab como ela auxiliará nessa questão das remoções do Jardim Vila Bela.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Márcio dos Santos Fraioni.

O SR. MÁRCIO DOS SANTOS FRAIONI – Boa tarde.

Fico muito triste em dizer que aqueles que ouvi não estão aqui para me ouvir. Isso mostra a cada um o interesse.

É tão bonito falarmos de números, aplaudir, mas quando você está falando e você vê cadeiras vazias e aquele que você aplaudiu não está para te aplaudir, é muito triste.

(Aplausos)

Os políticos mostram que só têm interesse neles mesmos e não nos outros.

Quando minha casa ameaçou cair, porque moro em um local de risco Grau 2, os técnicos da Prefeitura foram lá dizer que era Grau 4. Perdi parcialmente a minha casa. Isso, para mim, causou um grande dano.

Só quem passa por isso, sabe.

Mas, vocês que forem embora, lutem por seus ideais e ajudem aqueles que também estão nesse ideal.

Era isso que eu tinha a dizer. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Ivan Ribeiro, Supervisor de Habitação da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

O SR. IVAN RIBEIRO – Boa tarde a todos.

Estou há, pelo menos, há 3, 4 meses na Supervisão de Habitação e venho estudando essa questão da moradia há muitos anos.

A CF, em seu artigo 6º diz que todo cidadão brasileiro tem direito à moradia. E nos artigos 182 e 183, temos a questão dos estatutos das cidades, que toda cidade com mais de 20 mil pessoas tem de ter um Plano Diretor.

Nossa CF foi criada em 1988; em 2001 foi criado o Estatuto da Cidade e em 2002, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, foi criado o Plano Diretor.

Tudo nesta Cidade passa pelo Plano Diretor.

Este ano é ano de revisão do Plano Diretor.

Para se ter mais moradias, cada um de nós temos de lutar, pedindo mais Zoneamento de Interesse Social.

Haverá as oficinas de participação popular e, depois, os Vereadores votarão o Plano Diretor. Garantindo esse zoneamento, aí, sim, poderemos cobrar com mais eficácia e legitimidade a questão da moradia.

Coloquei em grau de prioridade. Educação é importante? É. Saúde é importante? É. Transporte é importante? É. Não tenho uma casa. Pago aluguel. Agora você imagine, o único lugar em que podemos ter paz é, depois de um dia de trabalho, encostar nossa cabeça no travesseiro e dormir com tranquilidade. (Aplausos)

Isso é dignidade.

E o Prefeito Haddad vem nesse sentido, até porque vocês conhecem a história do PT. Foi por essa luta de dignidade e de melhoria do social que o PT surgiu.

Nosso eterno Presidente Lula mudou este país. As pessoas não tinham nem o que comer e a nossa Presidenta Dilma está continuando.

Se vocês saírem da cidade de São Paulo, vocês verão que têm vários programas do Minha Casa Minha Vida, CDHU. Isso porque São Paulo não teve governante com vontade de trazer moradia para a população do Município de São Paulo.

Agora, precisamos cobrar, mas cobrar com inteligência.

O Vereador José Américo abriu espaço para todos nós.

Nós, como agentes públicos, sempre estaremos de portas abertas.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Jerônimo Henrique Neto.

O SR. JERÔNIO HENRIQUE NETO – Boa tarde a todos.

Sou Presidente da Associação de Moradores do Jardim Edith e sou representante do Conselho Gestor de Operação Urbana Águas Espaiadas, que representa todo esse pessoal.

Hoje, muitas pessoas estão no Aluguel Social. Têm pessoas que estão há cinco anos recebendo o Aluguel Social, isso dentro do perímetro da Operação Águas Espaiadas, que tem uma lei específica, de 2001, determinando o assentamento de oito mil famílias. Hoje temos construído na Água Espaiada graças à Defensoria Pública e Ministério Público, hoje

temos 534 unidades construídas dentro da Operação Urbana Água Espreada. Hoje estão morando 111 famílias, o restante ainda estão para receber as casas, para ser inaugurada, porque a burocracia para entregar as unidades que estão prontas há mais de anos.

Esse pessoal que está no aluguel, tem muita gente que esta pagando 600, 700 reais de aluguel e recebe 300 reais da bolsa-aluguel da Prefeitura.

O que quero é que esse novo Governo cumpra a lei da Operação Urbana, construa as moradias, porque dinheiro tem, tem dinheiro do CEPAC, tem quase dois bilhões lá para construir moradia e essas moradias têm que ser construídas dentro do perímetro da Operação Urbana. Que seja CDHU, que seja Minha Casa Minha Vida, quem for que seja que atenda essas famílias dentro do perímetro da Operação Urbana e não sejam expulsas essas famílias, porque o Governo do Estado está querendo expulsar as famílias lá do Buraco Quente. Esse pessoal vai para onde? E oferecendo dinheiro porque tem o interesse mobiliário. Vamos deixar o interesse mobiliário de lado e que esse Governo cumpra aquilo que falou para mim na campanha, vou rever o projeto da Operação Urbana Água Espreada para que não se faça 2.400 metros de túnel, que na Operação Urbana é só 400 metros, porque com esse dinheiro dá para construir todas as moradias da Operação Urbana Água Espreada, porque tem gente do Jardim Edite, que estão no Jardim Edite que está com quatro anos que o projeto de moradia está feito e até agora não foi construído pela CDHU.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra a Sra. Elizete Santos, em seguida Sr. Antonio Gilberto da Silva.

A SRA. ELIZETE SANTOS – Boa tarde a todos. Eu moro na Tibiriça, ali junto com o pessoal que está sofrendo tudo isso. Moro há 30 anos no mesmo lugar, como centenas de pessoas. De repente vem isso e tira tudo sem uma moradia, sem onde ir, crianças sem creche, sem escola, famílias sem ter onde morar.

A Caixa Econômica fala que Minha Casa Minha Vida, desde que saiu isso meu marido lutou para comprar isso e nunca conseguiu. O meu marido faleceu e não consegui a

casa. Acho que a Caixa, como também o CDHU, que ele também procurou, nunca tem inscrição, nunca são abertas as inscrições. A Caixa não dá chance para pobre comprar casa. Não dá. (Palmas) Eu estou há tempos lutando, hoje sou viúva, nem assim consigo comprar uma casa pela Caixa, porque a exigência é demais. Eles preferem ver as pessoas na rua, debaixo da ponte, pagando aluguel lá no fim do mundo.

Gente, vocês têm que aprender a lutar pelas coisas de vocês, a querer casa. Se a Caixa tem um programa para pobre, que faça, porque eles não fazem. A CDHU, lá perto do Hospital Saboya tem prédios vazios há muito tempo. Cadê os moradores daqueles prédios? Por que não põem as famílias que estão lá precisando de moradia? O Jardim Edite também tem prédio vazio.

Agora, segunda-feira, às 16h, o digníssimo Governador, que lançou uma PL 650, que desapropria todas as propriedades do Estado, todas. Para onde vão essas famílias? Para a rua, exatamente. Segunda-feira, 16h, na Assembleia Legislativa vai ser votada essa bendita PL. Vocês que tem casas vão para lá, vão para a Assembleia para dizer não a esse Governo, porque é uma injustiça, gente. Eu vejo meus vizinhos, tanto os que já saíram, a minha está para sair também, logo, logo, assim que aprovarem essa bendita PL. Gente, vamos lutar. A Caixa Econômica tem que rever também o programa, se é Minha Casa Minha Vida entidade, que ela corra atrás também e ajude os pobres, não só os ricos, comprando mansão lá no Brooklin. Os pobres também têm direito. A CDHU também vê se olha pelos pobres. Não está lá para os pobres? Então que seja, que faça, que entregue os apartamentos que estão vazios.

Era isso que queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Sr. Antonio Gilberto da Silva, do Gabinete do Deputado Estadual Antonio Mentor, que representa Jardim Mirim, Itaim Paulista e Jardim Miragaia.

O SR. ANTONIO GILBERTO DA SILVA – Primeiro gostaria de parabenizar a iniciativa do Vereador José Américo, o Secretário Municipal, os representantes da Caixa,

porque faz tempo que a gente não via esse tipo de debate.

Agora, queria chamar a atenção para o seguinte, quando começou aqui o debate, hoje, muita gente teve que ficar lá embaixo, que não pode subir, porque aqui estava lotado, porque todo mundo aqui está interessado em moradia. Mas vejam que depois que alguns fizeram seus discursos aqui, cataram seu povinho e foram embora, quer dizer, estão ficando aqui aqueles que realmente estão interessados em moradia, quem está interessado em moradia, quem está a fim de debate mesmo, de ir lá e resolver mesmo. Porque é assim, o mais importante de tudo era ouvir eles aqui, porque são eles que têm que dar uma resposta para todas as perguntas que foram feitas, não é isso? (Palmas) Mas, no entanto, a gente vê que uma meia dúzia veio aqui, fez seu discurso político, catou seu povo e foi embora, porque depois vai por sua foto no jornal e apresentar para sua comunidade: “Eu estive lá”, mas a resposta deles aqui, que é o mais importante que a gente sabe que tem, não esperaram. Então queria parabenizar quem está aqui e muitos que ainda estão lá embaixo, que tem um pessoal nosso do Jardim Miriam, do Miragaia, do Vila Reis, que não puderam subir – e se quiser subir pode, porque tem vaga aqui – porque esses estão a fim de debater.

Querida trazer aqui o seguinte, um debate rápido. Estamos com um problema no Jardim Miriam que está fácil de resolver, que é no Itaim Paulista. No ano passado nós tivemos uma reunião com a Dona Ângela Bardon, Sr. Valdir Rabazallo. Nós, há 30 anos moramos lá, a casa foi dada pela Prefeitura, foi comprada na gestão da Erundina, todo mundo já pagou, a diferença que tem no Jardim Miriam 2 é uma coisa de 140 reais que tem para pagar, mas não se faz a escritura. Aí tinha um problema do Ressolo regularizar. Ressolo regularizou, fez todo encaminhamento, agora está no Departamento Comercial e a gente já tem quatro meses que estamos tentando marcar reunião para regularizar a escritura e não consegue. No Miriam 3 é questão dos mutirões. Aí tem a questão do financiamento, dá 12 mil reais, dá para parcelar. Ficou de acertar e não acertou. O Miriam 1 já está tudo pronto, só está faltando o juiz e o oficial do cartório assinar para poder fazer a escrituração, mas na hora que foi conversar com o juiz

ele não autoriza e aí tem que ter intervenção.

Então o que estamos pedindo é uma coisa tão simples para lá, que já está tudo regularizado, só basta ter a vontade política de chamar e dizer: “Vamos fazer a escrituração”.

A questão do Miragaia, que o pessoal está ali, tivemos reunião com a Subprefeita do Itaim, estamos resolvendo a questão do rio, também é uma questão simples. As pessoas já moram lá há mais de 40 anos, é só ir lá e regularizar a área, dar escritura para o pessoal para poderem realmente... Como o Prefeito Haddad falava na campanha dele: “Você, tendo a escritura da sua casa, ela não valoriza sua vida, mas você passa a ter uma condição de pleitear algumas coisas como financiamento e outras coisas que você não teria antes”.

Eu pediria uma atenção para a gente poder, com o Secretário, marcar uma reunião, porque esses dois lugares estão fáceis.

De um outro lugar que a gente está querendo falar rapidinho é Vila Reis, porque desde 82 tem uma ação rolando lá e aí quem julgou essa ação foi o Juiz Rocha Matos, que foi pego naquela Operação Anaconda, não sei se vocês se lembram. Lá todo mundo comprou, todo mundo construiu, pagou. Há um fórum sendo construído no meio da Vila Reis, existe escola, delegacia, posto de saúde. Nós batalhamos por aquela comunidade. Agora, essa ação está no Supremo Tribunal Federal e até hoje não conseguir cancelar, por causa daquele Juiz corrupto e safado. (Palmas) E a Justiça não cancela.

Agora, outro grupo de grileiros, que existe lá está se movimentando e assumiu a área do japonês, que supostamente seria o proprietário, porque pagava os títulos – do Japão. Logo, logo, serão mais de 600 famílias despejadas, pessoas que estão lá há 45 anos, como a minha família, por exemplo. Peço que a Prefeitura faça uma intervenção nesse sentido, ou de desapropriação para área social, enfim.

Quero aproveitar a presença do meu nobre companheiro Alessandro Guedes, que eu e nossa comunidade ajudamos a eleger, para pedir que visite nossas comunidades, desde a eleição, você não compareceu nem para agradecer os votos. (Palmas) Tudo bem que não

conseguiu cumprir os compromissos com as nossas lideranças, mas vá lá que será bem recebido. Vá, pelo menos, para agradecer o nosso povo. As nossas lideranças estão cobrando, falou?

Obrigado, era isso que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Existem outras pessoas inscritas, mas posso deixar de falar que já retornei em algumas comunidades e em outras não. Ele sabe muito bem o porquê isso aconteceu. Não vou debater ao vivo. Se quiser conversar, podemos resolver tudo que temos para resolver. Inclusive, posso ajudar na habitação, que você falou que está esperando uma reunião no Patrimônio. Se quiser, posso marcar novamente.

Com a palavra o Sr. Valmir de Sena Messias, do Ascati da Vila Natal.

O SR. VALMIR DE SENA MESSIAS – Boa tarde. Quero dizer para vocês o seguinte: em 1984, começamos a luta habitacional. A gente batia nas portas de todo mundo, do Governo do Estado, da Prefeitura e sempre diziam “não”, “não”... Na época do Montoro, depois, do Quércio. Chegamos à conclusão de que iríamos comprar a área de 647.530m. Compramos as áreas. Fizemos tudo com sacrifício. Quotizamos para comprar a área, quotizamos para fazer a abertura das ruas, topografia, terraplenagem.

Hoje, na Vila Natal, têm 4.500 lotes, 7.800 famílias e 57.000 habitantes. A Vila Natal tem um mercado grande chamado Yokoi, mais três mercados de médio porte e um belo comércio, porque se a gente não tivesse pensado em trazer os benefícios, hoje, não teríamos condições de sobrevivência. Deixamos áreas institucionais para fazer escolas, inclusive doamos 4.960m para a própria Prefeitura construir uma escola, uma EMEI – que já foi construída e já está funcionando. O Haddad inaugurou, porque apesar das obras terem se iniciado na administração anterior, foi ele que concluiu o restante.

Também está sendo construída uma creche, de iniciativa privada, para 600 crianças e peço que a Secretaria da Habitação não meça esforços para nos ajudar em todos os sentidos e na regularização, porque é o único passo que está faltando. A Vila Natal está na

zona Sul de São Paulo, no Grajaú e entre duas bacias. Têm 57 ruas, todas asfaltadas, graças a Deus e aos nossos esforços.

O único que atrapalha, de vez em quando, é Vereador perguntando: “Que dia quer que faça essa rua?” No entanto, fizemos em conjunto, asfaltamos e, na mesma semana, o Vereador estava dizendo que havia sido ele, com dinheiro público. Mentira! A última rua que fizemos se chama Genipapo Natal e foi construída com dinheiro nosso, não da Prefeitura ou do Vereador, que vai pedir votos para seus familiares.

Só quero pedir para o Procurador da Prefeitura, faço esse apelo porque louvo muito o que o Vereador e esta Casa estão fazendo, inclusive, os Deputados que aprovaram a Revisão da Lei de Mananciais. Parabenizo-os por isso. Essa foi uma briga nossa, foram 13 anos. Peço para o Procurador da Prefeitura que assine o nosso documento, porque o loteamento já está pronto para fazer o conjunto entre a Cohab e o CDHU, entre Prefeitura e Estado e só falta nos darem a anuência dos confrontantes, para dizer que não entramos na área deles e nem eles na nossa. Só isso. Não é a CDHU que assina, porque a proprietária é a Prefeitura. Só falta isso para que seja regularizada. A Meritíssima Juíza do Primeiro Cartório de Registros Públicos de São Paulo só está aguardando isso para que se dê a legitimidade. Que a Vila Natal passe a ser realmente um bairro como qualquer um de São Paulo.

Muito obrigado, gente. Tenho muita coisa para falar. Tem de fazer habitação imediatamente. Não esperar o amanhã não.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Valmir de Sena. Com a palavra o Sr. Walter, Presidente da Associação de Moradores da Vila Bela.

Em seguida, passo a condução dos trabalhos ao Vereador Laércio Benko.

O SR. WALTER – Boa tarde a todos. Obrigado por você terem me esperado. Da mesma maneira que tiraram meu nome da lista, tiraram o nome do Presidente da Associação de Moradores do Jardim do Vale, que está presente e da Coordenadora de Habitação, da Subprefeitura de São Mateus, da Vila União.

Represento o conhecido bairro Vila Bela, hoje, mas o nome é Jardim Nova Harmonia. Estou militando nessa área, em prol das moradias, desde 95. Até aqui, nem a Prefeitura e nem o Estado fizeram nada por nós. Graças à Defensoria e ao Ministério Público, que vi serem criticados aqui, mas se não fosse por esses dois órgãos, as nossas moradias não existiriam mais lá.

Estão dizendo que o local será regularizado. Por forças jurídicas, conseguimos instalar a água. Tem muito político dizendo que foi ele que fez. Na verdade, foi conseguido através da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Pessoal, gostaria de falar da remoção, que vão fazer, para colocação dos coletores-tronco. Só para fazer os coletores-tronco, serão removidas quase 1.400 famílias. Sabem quanto vão pagar de bolsa-aluguel? Trezentos reais. Não dá para pagar nem um banheiro. Todo mundo vai para outra área, ocupar outro local ou então vai morar debaixo da ponte.

Portanto, precisamos que providências sejam tomadas. Quero protestar pela presença dos que só vieram ouvir o interesse deles, tanto do plenário, quanto da Mesa. Acho que um Vereador que inicia um debate importante, que diz defender a moradia, mas não permanece até o último falar, não está preparado para defender a sociedade. Não tem interesse. (Palmas)

Portanto, pessoal, estou vindo pedir providências para o Vila Bela, que tem um problema de saúde gravíssimo. As crianças pisam em cima de fezes. Correm no meio da rua e já estão lá há 18 anos naquele sofrimento.

Só o proprietário que tirou algumas vezes e concordou que continuássemos o acordo do Ministério Público de estender um pouco. Ele fez muito mais por nós do que os órgãos públicos e até mesmo que os políticos que vão lá pedir voto mas, depois, nem vão perguntar o que precisamos. Só voltam lá na campanha seguinte.

Por isso, peço e agradeço, na presença de todos vocês, que nos ajudem. Estamos abandonados.

Estamos sabendo que a empresa vencedora da licitação para fazer o esgoto já se viu diante do cancelamento. Já perdeu a concorrência. Não sei porquê e ninguém sabe explicar porquê. E nós sabemos o que é: interesse político para pegar uma parte do dinheiro da licitação. E como a empresa não concordou, foi cancelado.

Programa Minha Casa Minha Vida. Vocês conhecem algum posto onde podem se cadastrar? (Pausa)

Pois é, precisam esclarecer isso melhor para nós. Não existe.

Minha Casa Minha Vida é um programa que, dizem, tem um percentual de zero a dez salários mínimos. A política que eles falam é de três a dez, cinco a dez. O zero ainda não vi ninguém praticar, do salário mínimo, ainda não vi.

Estou aqui com o cadastro da Sra. Laudicéa que foi feito em 28.8.2008, na então Cohab. Eu acho que automaticamente deveria ser transferido para uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida. Mas, ainda assim, ela me procurou e perguntou: “Onde eu me cadastro nesse programa Minha Casa Minha Vida”. Pensamos que na internet, mas na internet ninguém se cadastra. Até hoje ela não obteve resposta.

Peço respeito com a população. Tenho fé ainda que o Prefeito Haddad conclua o que ele diz que vai fazer. Ele esteve na minha vila, pisou na lama e disse que ia fazer. Vamos exigir isso e se não fizer, nós vamos para a rua. Muito obrigado, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Agradeço a todos que permaneceram aqui e ouviram os últimos inscritos falarem. Assim, entenderam também nossa pressa em ouvir os primeiros para que todos tivessem oportunidade de falar.

Não posso deixar de registrar minha alegria ao rever um amigo de muitos anos atrás: Valmir de Sena, com quem convivi muito tempo nos anos 90. Valmir, venha mais perto, para te dar um abraço.

Sei que os representantes da Caixa querem finalizar. Passo a palavra aos representantes da Caixa Econômica Federal.

O SR. _____ - Muitas pessoas se manifestaram. Acho que foram muitas reivindicações, das mais diversas naturezas. É evidente que todas são justas.

Vou me ater a dois pronunciamentos, agora, já do final: a do Sr. José Cecílio e a Sra. Elisabete Santos. Elas citaram coisas que estão mais relacionadas com as condições da Caixa Econômica Federal no sentido de poder atender.

Em primeiro lugar, o Sr. José Cecílio trouxe a questão da carta de crédito, burocracia, enfim, quero dizer o seguinte: a Caixa Econômica Federal simplificou muito, mas muito mesmo o processo de concessão de financiamento habitacional.

Basicamente, hoje, você não precisa nem mais ter um comprovante de renda. Não precisa nem de uma renda registrada. Nem isso você precisa mais.

Você precisa, evidentemente, demonstrar que tem uma renda suficiente para arcar com a prestação daquele financiamento que você está pretendendo tirar.

Precisamos deixar claro o seguinte: a política habitacional na Caixa deve ser vista em dois momentos. Temos Minha Casa Minha Vida faixa 1, que é o programa destinado a famílias que ganham de zero a R\$ 1,6 mil. Esse é o Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - Deixa eu falar.

Tem o Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 1, destinado às famílias que ganham de zero a R\$1.600,00.

Como você pode ter acesso a esse Programa? O cadastro de toda família que tenha essa faixa de renda deve ser feito na Cohab, pela internet, ou diretamente na praça de atendimento da Cohab, na Av. São João. A Cohab é o único local para esse cadastro no Município de São Paulo.

Após isso, a Caixa Econômica fará os empreendimentos que forem apresentados.

Para vocês terem uma ideia, só para a gente fazer um balanço rápido aqui, nós já entregamos nesse Programa, até hoje, 912 moradias; temos para entregar neste ano, que

ainda estão em fase final de construção e legalização, 3.880 unidades e, para o próximo ano, temos mais 206 unidades. O total é de aproximadamente 5 mil unidades.

Foi contratado até hoje no Programa Minha Casa, Minha Vida, FAR, que é contratado em parceria com a Prefeitura. A Prefeitura, através da Cohab, doou os terrenos de todos esses empreendimentos para a Caixa Econômica, que fez a moradia.

Fora disso, ainda para a população de até R\$1.600,00, tem também o Minha Casa, Minha Vida, entidades. A própria entidade ou associação localiza uma área, uma terra, leva até a Caixa Econômica para analisar. Sendo viável a construção do empreendimento, o contrato é feito diretamente com a entidade.

Temos aqui em São Paulo já diversos empreendimentos, diversas entidades que apresentaram e já estão construindo as unidades habitacionais.

No Minha Casa, Minha Vida, faixa 1 é desse jeito que funciona. É evidente que a demanda é muito maior do que essas 5 mil unidades que estamos fazendo, mas têm as questões da terra que a gente tem de superar.

A nova Administração, com o Prefeito Fernando Haddad, tem um compromisso realmente de 55 mil unidades. Ele tem trabalhado duro para isso.

Estive com ele há 15 dias, quando ele me pediu: “Entregue em minhas mãos todos os empreendimentos que você tenha em aprovação, que vou acompanhar pessoalmente.”. Entreguei para ele ontem, a gente esteve fechando no APROVE. Temos mais 2.200 unidades que a gente deve contratar na próxima semana, com construtoras que trouxeram os empreendimentos e nós vamos contratar.

Depois, quando esses empreendimentos estiverem próximos de ficarem prontos é a Prefeitura que me indica quem vai ocupa-los. Assim como dessas 5 mil que estão em construção, sempre é a Prefeitura que vai me dizer quais são as famílias que vão ocupar esses empreendimentos.

Para famílias que tenham renda superior a R\$1.600,00 a condição é a mesma do

mercado. A família deve procurar diretamente a Caixa Econômica Federal. Primeiro procura o imóvel que interesse, depois a Caixa para fazer a análise de crédito e ver se a renda que ela possui é suficiente para ter o financiamento que pretende.

Nesse segmento, posso dizer que a Caixa Econômica é absoluta líder de mercado. Setenta e cinco por cento de todos os financiamentos habitacionais que foram feitos no Brasil, neste ano, são da Caixa. Assinamos mais de cinco mil contratos de financiamentos, por dia. (Palmas)

Neste ano, o orçamento que a Caixa disponibilizou para esse tipo de operação é de 130 bilhões de reais. Vamos usar todo esse orçamento até o fim do ano.

Na Caixa Econômica a habitação está na nossa missão. Atendemos todas as famílias de zero sem limite de renda, qualquer renda que chegue à Caixa Econômica a gente tem como atender.

Agora, evidentemente, a gente sabe que a necessidade para o público de zero até R\$1.600,00, em São Paulo, é grande. Mas nós temos feito todo o esforço, na medida do possível, para buscar esse atendimento.

É o que tenho com relação à Caixa Econômica.

Estamos à disposição. Muitas entidades têm me procurado diretamente. Atendo todas. Temos diversos empreendimentos, em fase de análise e de construção, acertados diretamente com entidades, que é uma forma muito democrática, digamos assim, de acesso à moradia para população de mais baixa renda.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Obrigado, agradeço aos representantes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Peço que a senhora depois venha aqui, converse com ele em apartado.

Vamos dar continuidade. Peço que a senhora Defensora faça as suas

considerações finais, por favor.

A SRA. ANAÍ ARANTES – Rapidamente, enfim, muita coisa foi dita aqui. Penso que é natural que quando a gente faz uma audiência pública, às vezes tem um tema específico. Mas acho que a nossa demanda por dar voz e por espaços para que as pessoas possam falar é tão pouca que é natural que surjam as mais variadas questões nessas audiências.

Vimos questões desde as mais concretamente ligadas, abusos com relação à área de risco, remoção de área de risco, esse tipo de coisa, como questão de parceria social, dificuldade de acesso aos programas existentes - como o Minha Casa, Minha Vida -, má administração de dinheiro, prioridades equivocadas na gestão do dinheiro, no que diz respeito à construção das habitações, uma burocracia excessiva para a regularização, falta de política pública mais concreta para atendimento de demanda de zero a três salários mínimos.

Enfim, foram várias questões que surgiram, mesmo não estando diretamente ligadas ao tema, de uma forma organizada no relatório encaminhado a quem de direito.

O que eu queria dizer enquanto Defensoria Pública é reiterar que tudo que for com relação à regularização fundiária de áreas da população moradora, a historicamente excluída aqui de São Paulo, a construção de habitação popular, efetivamente, a essas pessoas, a Defensoria Pública está à disposição de estar junto, lembrando dentro do nosso escopo de atuação.

É importante sempre lembrar que a Defensoria Pública é uma instituição estatal, que tem como função a garantia de acesso à Justiça às pessoas que não têm condições de contratar um advogado. É isso que a gente faz.

Infelizmente, a gente não é Poder Executivo nem Judiciário e, portanto, não temos o poder de decidir nada, de deixar de fazer ou impedir que se faça. Infelizmente também isso não é de nossa alçada, mas podemos atuar no sentido de garantir o acesso à Justiça, não necessariamente para propor uma ação, mas de um ponto de vista mais amplo, para tentar,

eventualmente, fazer um acordo ou chegar a uma solução extrajudicial que contemple as partes.

Enfim, a tudo relacionado de alguma forma relacionado ao acesso ao mundo jurídico, estamos à disposição para esse atendimento. Sou do núcleo de habitação, que fica na Avenida Liberdade, 32, telefone: 3107-1564. Quem tiver interesse em fazer contato com a Defensoria Pública, estamos à disposição.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Registrado.

Tem a palavra os ilustres representantes da Secretaria da Habitação para suas considerações finais.

(NÃO IDENTIFICADO) – Acho que é importante tentar dar uma breve explicação e responder à boa parte dos questionamentos. É óbvio que, pontualmente, fica difícil responder a tudo, mas acho que vou conseguir sintetizar e espero, minimamente, atender quase todos.

Desde que as metas foram colocadas na Administração do Prefeito Haddad, o Secretário Floriano entendeu que tínhamos que enxergar onde estariam essas 55 mil unidades, como chegaríamos a isso e como iríamos fazer as 200 mil regularizações fundiárias.

A partir daí, começamos a mapear todas as possíveis obras, tanto de edificação como de regularização, para começar a ver o que era e o que não era possível. Para vocês terem uma ideia, o Floriano até já apresentou, para uma reunião com mais de 20 entidades, juntamente com o Secretário João Antonio, uma relação de planejamento que estamos fazendo, que muito em breve mesmo vai ser apresentado e divulgado na página da Habitação ou no Habisp.

Essa relação está aqui, é extensa e dela constam obras em andamento, obras em projeto e obras em planejamento. Tudo o que nós estamos discutindo, apontando para todas as possibilidades de execução de obras com o Minha Casa, Minha Vida com terrenos da União, com a CDHU, com o Governo Federal via PAC e com obras de mananciais. Tudo isso

está sendo mapeado.

Existe também um mapa, que ainda será divulgado, sobre para onde estão sendo projetadas essas obras.

Isso não para. Para termos uma ideia, alcançamos o número de 113 mil unidades. Dessas, já temos 532 concluídas; 14.700 contratadas ou em andamento; 2.700 em licitação; 44 mil em projetos, e mais 50 mil em planejamento.

Obviamente, não paramos por aí, estamos atacando em todas as frentes. Isso é um plano para vários anos, mas estamos confiantes de que as 55 mil unidades serão entregues em quatro anos. A projeção que mais ou menos estamos fazendo é de 5 mil para este ano; 8 a 10 mil para o ano que vem; 18 a 20 mil em 2015, e as restantes em 2016.

Na regularização fundiária, sobre a qual há muitos questionamentos, também está sendo mapeada e já foi feita a memória de cálculo de como chegamos a essa meta e como ela vai ser atingida. Sei que já estamos em 220 mil regularizações possíveis na cidade de São Paulo.

Claro que temos que trabalhar muito, mas essa relação do que está sendo mapeado e o que é mais factível, tanto da parte de habitação como da regularização, também vai ser disponibilizada.

O Prefeito está empenhado - por meio de todo o seu gabinete, que tem estado em todas as Secretarias - em implantar um sistema de informação no Município, que também será disponibilizado para os munícipes, que poderão acompanhar o andamento de todas as obras, de todos os projetos e de todas as metas que a Prefeitura está realizando, inclusive as de regularização.

Com esse sistema disponibilizado para a população o quanto antes, vocês vão poder acompanhar como estão andando essas obras e como está andando o projeto, onde está parada a desapropriação e o porquê de uma obra não sair.

O Prefeito tem tentando aparar arestas na desapropriação, onde há, sim, um

gargalo. No processo de desapropriação, outro gargalo, já se criou um balcão específico para a HIS. Então, os gargalos estão sendo detectados, e estamos tentando encurtar prazos.

O empenho é grande, e vocês podem ter a certeza de que estamos trabalhando no limite da Secretaria.

Quanto à Água Espraiada, em relação à qual houve bastantes questionamentos, o mapeamento das famílias já foi concluído. São 8.500 famílias cadastradas pela Sehab. O convênio previa inicialmente 4 mil unidades executadas pela Siurb e até 6 mil unidades pela CDHU, que está assinando um convênio juntamente com a Caixa e com o Município para disponibilização de até 20 mil unidades para o Minha Casa, Minha Vida.

Os 76 mil dados pelo Governo Federal viabilizam o Minha Casa, Minha Vida em São Paulo, o que antes não era viável pelo custo do terreno. Com isso, a CDHU deve fazer cerca de duas mil unidades na Água Espraiada e o restante vai ser feita pela Cohab dentro do programa Minha Casa, Minha Vida.

Os quase quatro mil projetos da Água Espraiada que estavam em desenvolvimento vão ser direcionados para o Minha Casa Minha Vida, sendo que 450, se não me engano, já foram iniciados dentro do contrato da Siurb e serão por ela executados. O restante, os outras 3.500, vão ser executadas pela Minha Casa, Minha Vida, como os projetos que já foram elaborados.

Acho que respondi a boa parte das perguntas e das dúvidas das pessoas. Obviamente, quando essas questões estiverem disponibilizadas a todos, todos poderão acompanhar.

O Secretário Floriano, na próxima visita que já se pronunciou a fazer, vai poder talvez até explanar esse plano. Podemos até fazer uma reunião específica para ele apresentar tudo o que nós estamos planejando e o que está sendo trabalhado na Secretaria.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Sr. Luiz Roque,

representante do nosso Presidente José Américo.

O SR. LUIZ ROQUE – Agradeço ao Sr. Antonio; ao Sr. Tibiriçá, da Sehab; ao Alberto, da Caixa; ao Vereador Benko; ao Vereador Alessandro Guedes; à Dra. Nair, da Defensoria. Agradeço também a todos vocês que vieram das comunidades e que tiveram a paciência de ficar até este horário. Como disse um dos oradores, quem ficou é porque tem interesse na questão da moradia. (Palmas)

Se alguém merece aplauso, são vocês, que tiveram a paciência de permanecer até o final desta reunião.

Em nome do nobre Vereador José Américo, agradeço a todo mundo que participou. Um grande abraço e um bom final de semana a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Agradeço a todos e deixo claro que este Vereador e o PHS, meu partido, vão apoiar integralmente esses três projetos do nobre Vereador José Américo.

Boa tarde a todos.

Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrados os nossos trabalhos.

